



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 031

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 031**SUMÁRIO**

Ato do Presidente.....	02
Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Proposta de Emenda Constitucional	18
Indicações	20
Questão de Ordem	21
Requerimentos	22
Projeto de Resolução	25
Projetos de Lei	26
Pequeno Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	27
Dep. Nelson Justus.....	30
Dep. Barbosa Neto.....	31
Dep. José Domingos Scarpellini....	31
Grande Expediente:	
Sr. Rodrigo Rocha Loures	
Presidente da FIEP.....	33
Interlocutores:	
Dep. Rafael Greca	34
Dep. Ademar Traiano.....	35
Dep. Natálio Stica	36
Dep. Nelson Justus	36
Dep. Elza Correia.....	38
Dep. Ângelo Vanhoni.....	39
Dep. Barbosa Neto	41
Dep. Valdir Rossoni	42
Dep. José Domingos Scarpellini	42
Dep. Marcos Isfer.....	43
Dep. Neivo Beraldin.....	43
Dep. André Vargas	44
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	45
Discussão / Votação:	
Redação Final	46
3ª Discussão	49
2ª Discussão	49

1ª Discussão50

Requerimentos54

Encerramento da Sessão54**Publicações:**

Atas de Comissões

Obras Públ., Transp. e Com.....55

Ecologia e Meio Ambiente55

Ato do Presidente:

ATO DO PRESIDENTE Nº 001/06

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o Inciso XIII do Artigo 20 do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Investigação - CEI, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 11 de abril de 2006, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, composta por 7 (sete) membros, para, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, levantar dados e informações acerca da grave situação em que se encontram as fazendas: Fazenda Boito, no município de Matelândia, invadida pelo MST; Fazenda de Semente Syngenta, no município de Santa Tereza do Oeste, invadida pelo Movimento Via Campesina, conhecida como fazenda experimental e de pesquisa no plantio de soja transgênica; Fazenda Refopas e Fazenda Kelli, ambas no município de Cascavel e também invadidas pelo MST.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.04.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

DIÁRIO Nº 031**27ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE ABRIL DE 2006**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Vanderlei Iensen e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Reni Pereira, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins e Waldir Leite (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 031/06

Curitiba, 12 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária inte-

gral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda., mediante a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda.

Em 15 de janeiro de 1997, a Copel concordou em iniciar as atividades tendentes ao desenvolvimento de um projeto de geração de energia por fonte térmica, com a construção de uma termelétrica à gás, no município de Araucária, Estado do Paraná. Por meio de Resolução nº 19, de 29 de janeiro de 1997, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE - autorizou a Copel a realizar os estudos de viabilidade do projeto, em parceria com as empresas Petrobras Distribuidora S.A. (BR), BHP Power, INC. (BHP), Epec Gas Brazil Corporations (El Paso Brazil) e British Gas do Brasil Ltda (BG).

Após haver constituído um consórcio através do qual formalizou uma parceria com as empresas BR, BHP, El Paso Brazil e BG, a Copel, em 28 de abril de 1998, converteu-o em uma sociedade de propósito específico, tendo sido celebrado o Contrato Social da UEG Araucária Ltda, doravante denominada UEG, cuja cláusula segunda estabelece que *a sociedade terá por objeto social, observados os preceitos legais, a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua comercialização*. O capital social da UEG é detido atualmente por três sócios, a saber: a Copel detém 20% das quotas sociais, a El Paso 60% e a Petrobras os demais 20% das quotas sociais.

Em 31 de maio de 2000, a Copel e a UEG firmaram um contrato de compra e venda de potência assegurada (PPA).

O PPA tem por escopo principal a aquisição pela Copel, em caráter de exclusividade, de toda a Potência Inicial Assegurada da usina termelétrica denominada Usina Elétrica à Gás de Araucária, com duas unidades geradoras à gás de 161,50MW cada uma, e uma unidade geradora a vapor de 161,50MW, totalizando 484,50 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível Gás Natural, localizada no município de Araucária, Estado do Paraná. O contrato prevê, entre outras disposições, que a Copel será responsável por todos os custos de manutenção e operação da Usina, bem como pelo fornecimento de insumos (água, combustível, mão-de-obra, manutenção, etc). O prazo de duração do PPA é de vinte anos.

Entre os meses de outubro e dezembro de 2002, a Copel efetuou pagamentos mensais à UEG pela potência objeto do PPA.

No início de 2003, por força do impasse havido entre as partes relativamente à negociação então em curso, a Copel determinou a suspensão dos aludidos pagamentos mensais que, se mantidos como previstos no contrato de potência (PPA), teriam levado a Copel a desembolsar em favor da UEG R\$ 844 milhões até dezembro de 2005.

Em 25.04.2003, a UEG informou à Câmara de Comércio Internacional - CCI - e à Copel que conside-

rava rescindido o PPA a partir do dia 22 do mesmo mês, requerendo que a Copel fosse condenada a adquirir a propriedade da Usina, efetuando o pagamento da quantia de US\$ 827.487.527,53 (oitocentos e vinte e sete milhões e quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos e vinte e sete dólares) no prazo de até 30 dias.

Instaurado o litígio perante a CCI, a Copel propôs perante a justiça comum uma ação declaratória de nulidade de cláusula arbitral e uma medida cautelar de anteprojeto de prova, além de haver oferecido reconvenção perante a CCJ, após esta Corte ter se dado por competente para examinar o mérito da questão.

Os patronos da Copel, tanto perante a CCJ, quanto perante a justiça comum, são advogados integrantes do Escritório Pinheiro Neto, os quais, solicitados a se pronunciar a respeito das perspectivas atuais do litígio, fizeram a seguinte avaliação:

IV - Conclusão

1. Por todo o exposto, nossa estimativa atual para o desfecho dos vários procedimentos em curso é a seguinte:

I - na frente judicial, são de 40% as chances de mantermos, até o Superior Tribunal de Justiça e/ou o Supremo Tribunal Federal, a sentença que, tendo julgado procedente a Ação de Nulidade da Cláusula Arbitral, anulou a cláusula compromissória do contrato. Isso significa que são de 60% as chances de o procedimento arbitral que ocorre em Paris ser considerado legítimo;

II - na frente arbitral, (a) são reduzidas as possibilidades de o Tribunal Arbitral acolher as questões de direitos por nós levantadas e que levariam à nulidade de vários dispositivos do contrato; (b) são de 65% as possibilidades de o Tribunal Arbitral vir a condenar a Copel a adquirir a propriedade da Usina, na forma estabelecida na Cláusula 22.6(b) do contrato; e (c) são igualmente de 65% as possibilidades de o valor imposto para essa aquisição vir a ser sensivelmente reduzido pelo Tribunal Arbitral, por força do quanto previsto no artigo 413 do Código Civil Brasileiro; e

III - quando de eventual pedido de homologação de laudo arbitral condenatório da Copel perante o Superior Tribunal de Justiça, (a) serão de 60% as possibilidades de se obter a anulação do laudo arbitral, ou ao menos parte dele, com base nas questões de direito que terão sido desconsideradas pelo Tribunal Arbitral; e (b) serão de 75% as possibilidades de se conseguir, no Superior Tribunal de Justiça, ao menos a redução do valor previsto no contrato como penalidade para aquisição da Usina, a um patamar mais condizente com o valor de mercado da Usina.

Ocorre que, mantido que fosse o contrato nos termos originalmente pactuados, a Copel desembolsaria em vinte anos R\$ 3.456.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais), assim distribuídos:

a) R\$ 2.592.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos e noventa e dois milhões de reais) nos primeiros doze anos; e

b) R\$ 864.000.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais) nos últimos oito anos.

Ressalta-se que o litígio provocado pela intransigência da outra parte em renegociar o PPA, em 2003, acabou por evitar os enormes desembolsos que a Copel teria feito se tivesse continuado a realizar os pagamentos contratuais. Os prognósticos formulados pelos patronos da causa mostram que, na melhor das hipóteses, a Copel poderá ser compelida a pagar pela usina quantia semelhante à que estará desembolsando caso aceite o ajuste proposto em Carta de Intenções, onde se prevê a aquisição pela Copel da participação societária do Grupo El Paso na UEG, o que se passa a examinar.

A Carta de Intenções estabelece critérios para uma solução extrajudicial pelos quais o preço fixado para que a Copel adquira a participação societária pertencente ao Grupo El Paso na UEG (correspondentes a 60% do capital social) é o equivalente a US\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de dólares). este valor representa 48% (quarenta e oito por cento) do que teria sido pago pela Copel até dezembro/2005, caso o pagamento do valor mensal previsto no PPA não houvesse sido suspenso.

3. Assim como é possível relacionar em torno da melhor das hipóteses mencionadas pelos patronos da Copel, também é indispensável considerar as hipóteses restantes, bem menos favoráveis. Em qualquer delas a Copel sujeitar-se-ia a desembolsos muito maiores, capazes, mesmo, de comprometer seriamente sua saúde financeira.

Verificando-se que é possível atingir a melhor das possibilidades consideradas pelos patronos da causa mediante entendimento, não se justifica o prosseguimento do litígio. É mais razoável eliminar, desde logo, os riscos das outras hipóteses.

Acresce que a resolução do litígio propiciará para a Copel, além da eliminação das incertezas apontadas, a redução do *spread* de risco normalmente colocado pelos investidores. Isto significa importante redução do custo dos recursos financeiros, permitindo-se uma alavancagem de investimentos da Companhia, em benefício dos consumidores paranaenses.

O valor proposto - que abrange o preço das cotas do Grupo El Paso na UEG e todos os direitos e obrigações decorrentes dessa participação societária (créditos em conta corrente, adiantamentos para futuro aumento de capital, etc) - corresponde a quantia semelhante aos valores históricos em reais (sem correção), aplicados pelo Grupo El Paso na empresa. Isto é, o valor total de R\$ 431.543.670,00 investidos pelo Grupo, convertidos em dólar à taxa de R\$ 2,35 (taxa esta utilizada pela empresa de consultoria Z3M contratada pela Copel para avaliar a UEG), corresponderiam a US\$ 183.635.604,30, já consideradas as retiradas feitas pelo vendedor.

Em que pese o fato da presente análise tomar como base o dólar de R\$ 2,35, utilizado pela Z3M, é importante ressaltar que os valores históricos em reais aportados pelo Grupo El Paso, se convertidos à taxa média do dólar de abril de 2006 (R\$ 2,13), correspondente a US\$ 202.602.662,00 (duzentos e dois milhões e seiscentos e dois mil e seiscentos e sessenta e dois dólares).

Não obstante se trate, do ponto de vista formal, de aquisição de participação societária, não se pode ignorar que uma das finalidades do negócio entabulado entre as partes é a de encerrar o litígio e propiciar a eliminação de relevantes riscos jurídicos.

Cumpre anotar, ainda que, conforme avaliação do negócio pelos técnicos da Copel, o investimento de US\$ 190.000.000,00 mesmo quando acrescido dos custos relativos à superação de problemas existentes na usina, poderá ser recuperado no futuro, com aceitável taxa de retorno.

5. A presente proposição atende ao disposto na Lei Estadual nº 14.286, de 13/02/2004 e está amparada no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a adquirir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou subsidiária integral desta, a totalidade das quotas que (I) a Aquamarine Power Holdings, L.L.C., com sede nos Estados Unidos da América, e (II) a El Paso Energia do Brasil Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ambas do Grupo El Paso, detêm no capital social da El Paso Empreendimentos Ltda., igualmente com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º A aquisição autorizada no *caput* implicará na obtenção, pela compradora, do controle da participação societária correspondente a sessenta por cento (60%) do capital social da UEG Araucária Ltda., ora pertencente ao grupo vendedor.

§ 2º Com a aquisição das quotas mencionadas no *caput*, a Copel passará, direta e indiretamente, a deter 80% (oitenta por cento) das quotas representativas do capital social da UEG Araucária Ltda.

§ 3º A aquisição das quotas referidas no *caput* se dará pelo valor de US\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de dólares).

Art. 2º Fica a Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou subsidiária integral, autorizada a alocar à UEG Araucária Ltda, na forma da lei, os recursos humanos e

materiais necessários ao desempenho do objeto social desta.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 032/06

Curitiba, 13 de abril de 2006.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa.

Exmos. Srs. Deputados.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2007, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 17.351.595.300,00 (dezessete bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos reais).

O anteprojeto de lei compõe-se de onze capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2007 estão em conformidade com a programação estabelecida no Plano Plurianual - 2004 a 2007, aprovado pela Lei Estadual nº 14.276, de 29 de dezembro de 2003.

O anteprojeto da LDO apresenta o Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominais e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2007, 2008 e 2009. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação

do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2005 e o demonstrativo das metas anuais de 2006.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar as V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula:

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da proposta Orçamentária para o exercício de 2007.

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício de 2007, centradas nos macroobjetivos de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, desdobram-se em ações inseridas nas cinco linhas a seguir discriminadas:

1. Educação, Inovação e Cultura – articular programas que assegurem uma melhor capacitação da população paranaense pelo conhecimento, difusão cultural e o desenvolvimento científico e tecnológico.

2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente – aumentar a capacidade de competição das atividades produtivas, melhorar o sistema rodoviário do Estado, expandir a

infra-estrutura portuária e do meio ambiente visando o desenvolvimento paranaense.

3. Expansão Produtiva – ampliar a base produtiva por via do crescimento dos investimentos e aumento da produtividade.

4. Emprego, Cidadania e Solidariedade – garantir o acesso a programas e serviços de assistência social e geração de emprego e renda para o conjunto dos paranaenses.

5. Gestão do Estado – promover a reestruturação da administração pública, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade e sua capacidade de planejamento e gestão.

Art. 3º As ações serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo os principais objetivos dos Programas:

I - Programa Educação: universalizar a educação básica pública e gratuita de qualidade assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;

II - Programa Desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia: estimular e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - Programa Ação e Inserção Cultural: valorizar a identidade paranaense e sua produção artística, com incentivo à produção e difusão cultural do Paraná, promovendo a integração com os demais estados brasileiros e com o Mercosul;

IV - Programa Bons Caminhos: atuar na ampliação e na recuperação da infra-estrutura de transportes nos setores rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário;

V - Programa Resgate do Porto Público: resgatar a condição de Porto Público, transformando os portos paranaenses para atuarem como agentes indutores do desenvolvimento econômico e social;

VI - Programa Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC: estabelecer diretrizes para ações na Região Metropolitana de Curitiba nas áreas de uso e controle do parcelamento do solo regional, sistema viário, habitação, infra-estrutura, meio ambiente, socioeconômico e institucional;

VII - Programa Meio Ambiente: implantar uma política ambiental, conservar a biodiversidade mediante a gestão, conservação e recuperação dos recursos naturais, inclusive no que se refere às águas subterrâneas;

VIII - Programa Desenvolvimento Urbano e Regional: promover o desenvolvimento regionalizado de uma rede estadual de cidades dotadas de infra-estrutura e serviços urbanos comunitários adequados, bem como o desenvolvimento orientado das cidades;

IX - Programa Energia: universalizar o serviço de energia elétrica barata e de qualidade à população de baixa renda;

X - Programa Desenvolvimento da Agropecuária: incentivar a diversificação e a modernização do setor agropecuário, com vistas à redução da pobreza no meio rural e inserção social do agricultor familiar, executar a prevenção e erradicação de doenças de animais e vegetais;

XI - Programa Desenvolvimento da Produção: promover o desenvolvimento econômico, bem como o desempenho das atividades de apoio relativas aos interesses do Paraná no âmbito estadual e do Mercosul;

XII - Programa Desenvolvimento do Turismo: promover o desenvolvimento sustentável do turismo com ações de fomento da oferta do produto turístico paranaense e sua divulgação;

XIII - Programa Trabalho e Renda: aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores e promover a inserção dos trabalhadores desempregados no mercado de trabalho;

XIV - Programa Leite das Crianças: reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil;

XV - Programa Saúde: promover a prevenção, a proteção e a atenção à saúde, de forma integrada, descentralizada e regionalizada, aumentar a cobertura, de forma integral, à saúde de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;

XVI - Programa Assistência Social: implementar a política estadual de assistência social, promovendo ações de proteção, promoção e inclusão social e garantindo direitos e acesso à renda, bens e serviços e às políticas públicas;

XVII - Programa Casa da Família: construir habitações para famílias de baixa renda e indígenas;

XVIII - Programa Saneamento: atender à população com água potável, coleta e tratamento dos esgotos domésticos e resíduos sólidos;

XIX - Programa Segurança Cidadã: desenvolver ações para reduzir a violência e combater a criminalidade;

XX - Programa Justiça: desenvolver ações que visem à preservação dos direitos humanos e à garantia dos direitos individuais e coletivos e ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário;

XXI - Programa Planejamento e Coordenação Geral: aprimorar as práticas de gestão na administração pública e aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento e coordenação das políticas públicas;

XXII - Programa Administração Pública: melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;

XXIII - Programa Paraná Fiscal: gerir a política fiscal e o sistema financeiro estadual;

XXIV - Programa Informação: promover políticas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do Paraná, notadamente no campo da informação e da informática;

XXV - Programa Apoio Administrativo: manter o suporte administrativo para o perfeito funcionamento das unidades estaduais.

Art. 4º No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 5º A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2007, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.351.595.300,00 (dezessete bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos reais).

Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2006, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 8º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da des-

pesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo - até5,0%
 Poder Judiciário - até8,5%
 Ministério Público - até3,7%

Parágrafo Único. Fica a cargo do Poder Legislativo definir do percentual de 5% destinado ao Poder, o percentual destinado à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 8º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual ;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2007 a 12% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 36 desta lei;

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura, de acordo com legislação em vigor.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo,

após o encaminhamento do Projeto da LDO/2007 à Assembléia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo é estruturada em programas definidos no Plano Plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o Plano e o Orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de Projetos, Atividades ou Operações Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 – Transferências à União;

II - 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

III - 40 – Transferências a Municípios;

IV - 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

V - 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

VI - 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;

VII - 80 – Transferências ao Exterior;

VIII - 90 – Aplicações Diretas;

IX - 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta (*);

X - 99 – A ser definida.

(*) Modalidade de Aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do Órgão Central de Orçamento

§ 3º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;

Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide;

Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge/PR;

Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas Prosam / Pedu / Paranasan;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – Funsauúde;

Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – Feap;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – Funrefisco;

Fonte 129 - Taxas de Polícia – Funrespol;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – Fumpm;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – Funcb;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / Bird;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa – Proem / BID;

Fonte 137 - Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa – PR 12 Meses – Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Prodesus;

Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas. GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

GRUPO 45 – Fundef – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – Funrestran;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – Serflor;

Fonte 260 - Multas Ambientais – Fema (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO / 2007 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. O Poder Executivo poderá, mediante decreto do Governador, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e unidades, sem que sejam alterados os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária, podendo entretanto haver ajustes na classificação funcional programática.

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no Anexo V, pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV- anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná;

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 18. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2007 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2006, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 22. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2006.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Sefa.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do

Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 28. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 30. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

Parágrafo Único. Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2006, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2006, a serem incluídos no orçamento de 2007, especificando: número da ação originária; número do precatório; tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa); enquadramento (alimentar ou não alimentar); data da inscrição do precatório no órgão/unidade; nome do beneficiário; valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2006, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná); cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 31. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de

agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 33. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 34. O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2006, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2007.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. A Lei Orçamentária Anual conterá autorizações para abertura de créditos adicionais com limites percentuais fixados sobre o valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 38. Os ajustes nos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas ações, produtos, metas físicas e financeiras e na regionalização serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2007.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 39. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de

alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2006, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 40. No exercício financeiro de 2007 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 42. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2007, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e

controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

Na execução orçamentária e financeira do exercício de 2005, prevaleceu a continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

A execução orçamentária do exercício obedeceu critérios para a liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 4.224, de 21 de janeiro de 2005, observando as estimativas de ingresso de receita.

No exercício financeiro de 2005 as Receitas não Financeiras, ou seja as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 4,35% em relação aos valores previstos na LDO/2005.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 5,73%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou reduzida em 13,62% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais Relativas a 2005

Discriminação	Previsto (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)
Receita Não Financeira	12.536.908	13.081.751
Despesa Não Financeira	11.639.905	12.306.898
Resultado Primário	897.003	774.853

As tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2003 a 2005 e repro-

gramadas para 2006.

Tabela 2 - Metas Fiscais 2003-06 - Preços Correntes - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005	2006
I. Resultado Primário Indicado na LDO	223.325	891.517	897.003	587.381
II. Resultado Primário Obtido	733.620	781.015	774.853	600.373
III. Resultado Obtido-Indicado (II - I)	510.295	- 110.502	- 122.150	12.992
IV. Resultado Nominal Obtido	- 221.806	610.158	911.570	- 811.717

Fonte: SEFA/SEPL

Tabela 3 - Metas Fiscais 2003-06 - Preços Constantes de 2006 - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005	2006
I. Resultado Primário Indicado na LDO	277.590	1.013.855	948.042	587.381
II. Resultado Primário Obtido	911.879	888.189	818.942	600.373
III. Resultado Obtido-Indicado (II - I)	634.290	- 125.666	- 129.100	12.992
IV. Resultado Nominal Obtido	- 263.272	693.886	963.438	- 811.717

Fonte: SEFA/SEPL

O esforço do Estado do Paraná em se adequar ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal aderido em outubro/98, tem sido demonstrado nos constantes superávits primários verificados no decorrer dos exercícios, apesar de inferiores aos previstos nas LDOs de 2004 e 2005.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2003 a 2009.

Tabela 4 - Indicadores Econômicos do Período de 2003 a 2009

Indicador	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB do Brasil (variação %)	0,54	4,94	2,30	3,50	3,60	3,83	3,70
PIB do Paraná (variação %)	5,20	2,40	3,00	4,00	4,10	4,35	4,14
Inflação, IPCA (variação %)	9,30	7,60	5,69	4,50	4,50	4,50	4,30
Taxa de Câmbio, previsão 31/03 BC	2,89	2,65	2,34	2,20	2,34	2,50	2,60

Fonte: Banco Central, Ipardes/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2007/2009, na média de 0,46% do PIB do Paraná, supõe:

- a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;

- o incremento das receitas não financeiras;
- a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2007 a 2009, a preços correntes e constantes de 2006.

Tabela 5 - Metas Fiscais para o Período 2007-09, Preços Correntes

Discriminação	2007		2008		2009	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	15.763.278	11,32%	17.050.418	11,23%	18.363.611	11,13%
II. Despesas Não Financeiras	15.095.919	10,84%	16.341.460	10,76%	17.635.489	10,69%
III. Resultado Primário	667.359	0,48%	708.958	0,47%	728.122	0,44%

Tabela 5 - Metas Fiscais para o Período 2007-09, Preços Correntes

Discriminação	2007		2008		2009	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.651.279	9,08%	12.718.585	8,38%	12.873.446	7,80%
V. Resultado Nominal	144.751	0,10%	67.306	0,04%	154.861	0,09%

Fonte: SEPL/Sefa

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação do estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Tabela 6 - Metas Fiscais para o Período 2007-09, Preços Constantes de 2006

Discriminação	2007		2008		2009	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	15.084.480	11,32%	15.613.579	11,23%	16.061.163	11,13%
II. Despesas Não Financeiras	14.445.859	10,84%	14.964.365	10,76%	15.424.334	10,69%
III. Resultado Primário	638.621	0,48%	649.214	0,47%	636.829	0,44%
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.106.490	9,08%	11.646.790	8,38%	11.259.360	7,80%
V. Resultado Nominal	138.518	0,10%	61.634	0,04%	135.444	0,09%

Fonte: SEPL/Sefa

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação do estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2003 a 2005.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

Patrimônio Líquido	2005 (R\$ 1.000)	2004 (R\$ 1.000)	2003 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.887.572	1.594.429	1.261.043
Ativo Permanente	9.963.453	18.721.198	15.831.900
Soma do Ativo Real	11.851.025	20.315.627	17.092.943
Passivo Financeiro	4.338.330	4.087.386	4.248.363
Passivo Permanente	15.602.631	14.073.289	12.484.539
Soma do Passivo Real	19.940.961	18.160.675	16.732.902
Saldo Patrimonial	- 8.089.936	2.154.952	360.041

4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da Parana Previdência em dezembro de 2004 atingiu o montante de R\$ 3,693 bilhões, e em dezembro de 2005 registrou o valor de R\$ 3,997 bilhões.

O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 3,024 bilhões em dezembro de 2004, registrou o valor de R\$ 3,183 bilhões em dezembro de 2005.

O ano de 2005 foi marcado pela valorização cambial de 11,82% do Real em relação ao Dólar, com reflexo negativo direto na rentabilidade dos investimentos, que têm 41,1% da carteira representada por títulos inegociáveis (CFT's), indexados à variação do dólar.

Desta forma, no ano, a rentabilidade da Carteira Total do Fundo Previdenciário foi de 3,82%, equivalente a 20,11% do CDI, correspondendo ao IGPM, menos 3,94%.

Considerando-se somente a Carteira de Mercado (excluídos os títulos inegociáveis representados pelos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT's), a rentabilidade no ano foi de 16,54%, equivalente a 87,07% do CDI, o que corresponde ao IGPM mais 7,83% ao ano.

Além dos recursos investidos no mercado financeiro, o Fundo Previdenciário possui uma Carteira de Imóveis, oriunda do antigo Instituto de Previdência do Estado, que corresponde a R\$ 36,2 milhões, com base nos valores de dezembro de 2005, composta por vários imóveis, sendo prédios, casas, áreas, quase todos com contrato de locação vigente e outros com providências tomadas, visando a sua locação para tornar o imóvel rentável ao Fundo Previdenciário.

De acordo com as premissas adotadas para o fechamento das reservas matemáticas em 31/12/2005, a situação patrimonial, financeira e atuarial do Fundo de Previdência apresenta-se equilibrada, com superávit técnico na ordem de R\$ 244.448.903,92 (duzentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e três reais e noventa e dois centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 8 - Reservas Matemáticas Estimadas em 31/12/2005

Em 1,00

Referência	Reservas Matemáticas Estimadas em 31/12/2005
(1) Benefícios Concedidos	1.422.902.182,00
(2) Benefícios a Conceder	3.467.681.733,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	4.890.583.915,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.917.298.275,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	2.973.285.640,00
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	244.448.903,92
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	3.217.734.543,92

Nota: Os valores das reservas são passíveis de ajuste futuro pelo consultor atuarial externo.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios (artigo 17 da LC 101/2000). Estas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2007.

Tabela 9 - Saldo da Margem de Expansão em 2007

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	840.072
2. Transferências Constitucionais e Legais	242.633
3. Saldo (1 - 2)	597.439
4. Saldo já utilizado	548.106
Pessoal (Concursos, Reestruturações, Promoções, Passivos e etc.)	479.180

Tabela 9 - Saldo da Margem de Expansão em 2007**Em R\$ 1.000**

Discriminação	2007
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários em Implantação	56.430
Precatórios	3.856
Pasep	8.640
5. Margem de Expansão	49.333

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2007 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária.

Todo o valor referente a Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir também se enquadra na situação de risco fiscal tendo em vista a não regulamentação até o momento do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Os temas expostos nos parágrafos anteriores não foram regulamentados até a data do encaminhamento deste projeto de lei.

O ICMS é um tributo de competência estadual, que possui legislação própria em cada estado da Federação. Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente aquela que diz respeito sobre a cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados, com redução ou crescimento na sua arrecadação, em decorrência das alternativas possíveis em sua aplicação.

Há que se ressaltar como ponto a ser avaliado a possível necessidade de redefinição dos critérios originalmente estabelecidos para o financiamento do Fundo de Previdência em face da não realização das contribuições dos inativos e pensionistas previstas no Plano de Custeio Original da ParanaPrevidência.

Proposta de Emenda Constitucional**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Art. 1º O artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigor com o seguinte parágrafo 5º:

§ 5º *É vedado o fornecimento de “habite-se”, por parte dos municípios:*

I - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto;

II - sem a certificação da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação na rede coletora, quando esta existir.

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Duílio Genari, Ratinho Júnior, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Vanderlei Iensen, Carlos Simões, Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Cida Borghetti, Ademair Traiano, André Vargas, Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Neivo Beraldin, Marcos Isfer, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Augustinho Zucchi e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível que as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, concedam o chamado “Habite-se”, para obras residenciais, sem que estas construções possuam fossa séptica, como prevenção a danos ao meio ambiente e à saúde do usuário e de toda população circunvizinha.

As fossas sépticas, uma benfeitoria complementar às moradias, são fundamentais no combate às doenças, verminoses e endemias (como a cólera, por exemplo), pois evitam o lançamento dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos ou mesmo na superfície do solo. O seu uso é essencial para a melhoria das condições de higiene das populações rurais.

Esse tipo de fossa nada mais é do que um tanque enterrado, que recebe os esgotos (dejetos e águas servidas), retém a parte sólida e inicia o processo biológico de purificação da parte líquida (efluente). Mas, é preciso que esses efluentes sejam infiltrados no solo para completar o processo biológico de purificação e eliminar os riscos de contaminação.

As fossas sépticas não devem ficar muito perto das moradias (para evitar mau cheiro) nem muito longe (para evitar tubulações muito longas, que são mais caras e exigem fossas mais profundas, devido ao caimento da tubulação).

A distância recomendada é de seis metros. Elas devem ser construídas do lado do banheiro, para evitar curvas nas canalizações. Também devem ficar num nível mais baixo do terreno e longe de poços ou de qualquer outra fonte de captação de água (no mínimo, a trinta

metros de distância), para evitar contaminações, no caso de um eventual vazamento. O tamanho da fossa séptica depende do número de pessoas da moradia. Ela é dimensionada em função de um consumo médio de duzentos litros de água por pessoa, por dia. Sua capacidade, entretanto, nunca deve ser inferior a mil litros.

As fossas sépticas podem ser de dois tipos:

*** Pré-moldadas:**

As fossas sépticas pré-moldadas têm formato cilíndrico. No mercado há dois tipos, independentemente de sua capacidade: inteiriças, constituídas de uma única peça; de anéis, com encaixes macho fêmea, para sobreposição.

Para volumes maiores é recomendável que a altura não seja maior que o dobro do diâmetro, para que a fossa funcione bem. Preste atenção neste detalhe, principalmente quando a fosse for de anéis sobrepostos. A instalação de uma fosse séptica pré-moldada começa pela escavação do buraco onde ela vai ficar enterrada no terreno, em seguida, o fundo do buraco deve ser compactado, nivelado e coberto com uma camada de cinco centímetro de concreto magro. Nas fossas de anéis sobrepostos, é preciso fazer uma camada de concreto magro.

Nas fossas de anéis sobrepostos, é preciso fazer uma laje de sete centímetros de concreto armado do fundo do buraco, sobre uma camada de concreto magro. Finalmente, a fossa pré-moldada é colocada no lugar.

A tubulação que liga a caixa de inspeção (da rede de esgoto da moradia) a fossa séptica deve ter um caimento de 2%, no mínimo, ou seja, dois centímetros por metro de tubulação. Para tanto, o topo do buraco da fossa deverá ficar num nível inferior ao da saída da caixa de inspeção.

As fossas sépticas pré-moldadas podem ser adquiridas diretamente dos seus fabricantes. Eles também dão cotações sobre a sua montagem no local. Os seus endereços constam das páginas amarelas das listas telefônicas, em geral sob o título de “Concreto - Pré-moldados”. Ao comprar fossas sépticas pré-moldadas, sempre dê preferência àquelas fabricadas segundo as Normas Técnicas Brasileiras. As que não seguem essas normas não funcionam bem.

***Fossas feitas no local:**

As fossas sépticas feitas no local têm formato retangular. Para funcionar bem, elas devem ter as seguintes dimensões:

FÓSSAS SÉPTICAS RETANGULARES				
Número de pessoas	Dimensões internas			Capacidades(litros)
	Comprimento	Largura	Altura	
até 7	2	0,9	1,5	21600
até 10	2,3	0,9	1,5	2480
até 14	2,5	0,9	1,5	2700
até 21	2,7	1,2	1,5	3890
até 24	3,2	1,2	1,5	4600

A execução desse tipo de fossa também começa pela escavação do buraco, onde a fossa vai ficar enterrada no terreno. O fundo do buraco deve ser compactado, nivelado e coberto com uma camada de cinco centímetro de concreto magro, é feita uma laje de concreto armado de sete centímetros de espessura. Uma maneira fácil e econômica de construir esse tipo de fossa é usar blocos de concreto e placas pré-moldadas e concreto.

As paredes feitas com blocos de concreto de quinze ou de vinte centímetros de largura. Durante a execução da alvenaria, já devem ser colocados os tubos de limpeza (esgotamento), de entrada e de saída da fossa e deixadas ranhuras para encaixe das placas de separação das câmaras.

As paredes internas da fosse devem ser revestidas com argamassa à base de cimento. As paredes interna das câmaras (chicanas) e a tampa da fosse são feitas com placas pré-moldadas de concreto.

Para a separação das câmaras são necessárias cinco placas: duas de entrada e três de saída. Essas placas têm

quatro centímetros de espessura e a armadura em forma de tela.

A tampa é subdividida em duas ou mais placas, dependendo do tamanho da fossa para facilitar sua execução e até a sua remoção, em caso de necessidade. Essas placas têm cinco centímetros de espessura e a sua armadura também é feita em forma de tela.

A concretagem das placas deve ser feita sobre uma superfície bem lisa, revestida de papel, para evitar a aderência do concreto ao piso onde é feita a concretagem, uma vez que as fôrmas não têm fundo. As placas prontas das chicanas são encaixadas nas ranhuras deixadas nas paredes da fossa. As da tampa são simplesmente apoiadas sobre as paredes da fossa.

A rede de esgoto da moradia deve passar inicialmente por uma caixa de inspeção, que serve para fazer a manutenção periódica da tubulação, facilitando o desentupimento, em caso de necessidade. Essa caixa deve ter 60cm X 60cm e profundidade de 50cm. Deve ser constru-

ída a cerca de dois metros de distância da casa, num buraco de 1m X 1m, com profundidade de 0,5m a 1m

O fundo desse buraco deve ser bem compactado e receber uma camada de concreto magro. As paredes da caixa podem ser feitas com blocos de concreto de dez centímetros de largura.

O fundo e as paredes dessa caixa devem ser revestidas com uma argamassa à base de cimento. A caixa de inspeção é coberta com uma placa pré-moldada de concreto com cinco centímetros de espessura. A ligação da rede de esgoto da moradia à fossa séptica com tubos de dez centímetros, assentados numa valeta e bem unidos entre si. O fundo da valeta deve ter caimento de 2%, no sentido da caixa de inspeção para a fossa séptica, ser bem nivelados e compactado.

Distribuição dos efluentes no solo

Há duas maneiras de distribuir os efluentes no solo:

- * Valetas de infiltração;
- * Sumidouros.

A utilização de um ou outro vai depender do tipo do solo (mais poroso ou menos poroso) e dos recursos disponíveis para a sua execução.

1) Valetas de infiltração

Esse sistema consiste na escavação de uma ou mais valetas, nas quais são colocados tubos que permitem, ao longo do seu comprimento, escoar para dentro do solo os efluentes provenientes das fossas sépticas. O comprimento total das linhas de tubos depende do tipo de solo e da quantidade de efluente a ser tratada.

Em terrenos mais porosos (como arenosos), oito metros de tubos por pessoa são suficientes. Em terrenos menos porosos (como os argilosos), são necessários doze metros de tubo por pessoa. Entretanto, para o bom funcionamento de sistema, cada linha de tubos não deve ter mais de trinta metros de comprimento.

Quando o terreno não permite a construção das valetas nas quantidades e nos comprimentos necessários, pode ser feito um número maior de ramificações e nos comprimentos menores. É caso da ocorrência de obstáculos (uma árvore ou rocha) ou da inexistência de espaço suficiente. (limite da propriedade).

Os tubos devem ter dez centímetros e ser assentados sobre uma camada de 10 cm de pedra britada ou cascalho, colocadas no fundo das valetas de infiltração. Os quatro primeiros tubos que saem da fossa deve ser unidos entre si. Entre os demais tubos deve ser deixado um espaço de 0,5 centímetros, para permitir o vazamento do efluente à medida que ele desce pelos tubos. Junto a esses espaços, os tubos devem ser cobertos (apenas na parte de cima com um pedaço de lona plástica ou outro material impermeável, para evitar a entrada de terra na tubulação).

Em seguida as valetas são fechadas com uma camada de brita, até meia altura e o restante com o próprio solo. Nós entroncamentos ou ramificações de tubos é recomendável o uso de caixas de distribuição.

2) Sumidouro

O sumidouro é um poço sem laje de fundo que permite a penetração do efluente da fossa séptica no solo.

O diâmetro e a profundidade dos sumidouros depende das quantidades de efluentes e do tipo de sala. Mas não devem ter menos que um metro de diâmetro e mais de três metros de profundidade.

Os sumidouros podem ser feitos com blocos de concreto ou com anéis pré-moldados de concreto. A construção de um sumidouro começa pela escavação do buraco no local escolhido, a cerca de três metros da fossa séptica e num nível um pouco mais baixo, para facilitar o escoamento dos efluentes por gravidade. A profundidade do buraco deve ser oitenta centímetros maior que a altura final do sumidouro.

É recomendável que o diâmetro dos sumidouros com paredes de blocos de concreto não seja inferior a 1,5 metros para facilitar o assentamento. Os blocos só podem ser assentados com argamassa de cimento e areia nas juntas horizontais. As juntas verticais não devem receber argamassa de assentamento, para facilitar o escoamento dos efluentes.

Se as paredes foram feitas com anéis pré-moldados de concreto, eles devem ser apenas colocados uns sobre os outros, sem nenhum rejuntamento, para permitir o escoamento dos efluentes. Esses anéis podem ser adquiridos diretamente de fabricantes locais de pré-moldados de concreto ou de artefatos de cimento.

A laje ou tampa dos sumidouros pode ser feita com uma ou mais placas de concreto. Elas podem ser executadas no próprio local ou adquiridas diretamente dos fabricantes de pré-moldados ou artefatos de cimento da região.

Compreendida a facilidade de se construir uma fossa séptica e sua fundamental existência, principalmente para prevenção de doenças e como mecanismo de defesa da natureza, conclamamos a todos os pares Parlamentares desta Assembleia Legislativa a procederem ao devido apoio à Proposta de Emenda Constitucional que ora apresentamos, por se tratar de matéria que obrigará aos municípios, o respeito ao meio ambiente no momento da concessão do Habite-se nas obras residenciais do Paraná, medida que também obrigará a responsável pela coleta e afastamento de dejetos de esgoto a manter vigilância e controle das ligações de esgoto em consonância com o órgão que permite que se habite-se as moradias nos municípios. Por sua vez os usuários do sistema, se obrigam a não só construir a fossa séptica, mas também ligá-la na rede coletora de esgoto quando existente..

Indicação

INDICAÇÃO Nº 008/06

O Deputado Estadual abaixo assinado se dirige a esta Casa de Leis para sugerir a criação do Programa de

Informática para Adolescentes na Rede Pública no âmbito do Estado do Paraná, conforme o disposto a seguir:

Art. 1º O Poder Executivo do Estado do Paraná implantará na Rede Estadual de Ensino o funcionamento de Programas de Informática para adolescentes de doze a dezesseis anos nos horários inversos aos de aula.

Art. 2º Os adolescentes beneficiados deverão estar matriculados na Rede Pública de Ensino e assistindo aulas regularmente.

§ 1º Os beneficiados deverão ser pessoas de baixa renda;

§ 2º A inscrição deverá ser na própria escola que o adolescente estuda.

Art. 3º O Poder Público poderá firmar parceria com Entidades, Empresas Privadas ou Organizações não Governamentais, para obtenção de recursos ou equipamentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da criação e vigência desta lei correrão por conta da dotação orçamentária, suplementada se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da propositura é atender ao Estatuto da Criança que visa criar mecanismos que possibilitem à população carente tirar seus filhos da ociosidade, da falta de condições de concorrer no mercado de trabalho com jovens da classe média em que os pais podem pagar diversos cursos extra-curriculares. Nas famílias mais pobres, tanto o pai como a mãe trabalham fora e as crianças só ficam meio período na escola, passando o restante do tempo sem fazer nada.

Conforme o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, menores de dezesseis anos não podem ingressar no mercado de trabalho, e com isso ficam à mercê de marginais e drogados que tentam levá-los à criminalidade. Hoje, praticamente todas as escolas da Rede Pública possuem sua sala de informática, com as aulas sendo ministradas durante o próprio período letivo, deixando de ter um número maior de aulas curriculares.

Com a implantação do Programa, a criança estudaria num período e passaria parte do outro período no laboratório de informática, com um aproveitamento muito maior, aprendendo os macetes desta nova e necessária profissão, tendo condições de competir em igualdade no concorrido mercado de trabalho.

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente fulcrado no artigo 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER a juntada das Proposições de Emenda Constitucional nºs 40/05 e 27/06, conforme as razões que passam a ser expostas.

Dispõe o Regimento Interno:

Art. 120. Poderá a Assembléia decidir, com requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, seja, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Tendo em vista o trâmite da Proposição de Emenda Constitucional nº 27/06, de autoria do Poder Executivo, cujo objeto é similar e mais amplo (ao passo que veda até o terceiro grau e veda o nepotismo cruzado), entendo viável a reunião de ambas as proposições de emendas para trâmite em comum.

Note-se que embora sejam de iniciativa de poderes distintos, ambas as proposições tratam da mesma matéria, cumprindo o exigido pelo artigo 120. A PEC é uma proposição, nos termos do artigo 117 do mesmo diploma legal, sendo possível e recomendável a transformação em uma PEC só, evitando decisões contraditórias e precipitadas.

Não há dúvidas de que a PEC 27/06 atende de melhor forma os anseios dos cidadãos pela moralidade na Administração. É mais abrangente e completa.

Demais disso, note-se que se for atribuído regime de urgência a tal proposição, o resultado será mais eficiente que a própria vigência da PEC 40/05. Isso porque em 45 dias a Assembléia Legislativa manifestar-se-á sobre ela, prazo inferior aos 180 dias que a PEC 40/05 concede aos Poderes para adequação a seus preceitos.

Justifica-se o presente requerimento, posto que tal garante maior lisura e democracia no trâmite legislativo, atendendo verdadeiramente os anseios da população, fim primeiro e último deste Poder. Sendo assim, requer a transformação das duas proposições em uma só, observados os requisitos legais e regimentais.

Para tanto, solicito o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) NEREU MOURA

PROCURADORIA-GERAL
PARECER Nº 086/06-PG

Protocolo nº 2781/06

Interessado: Deputado Nereu Moura

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao despacho de V. Exa. no frontispício do requerimento em tela, essa Procuradoria passa-

a se manifestar na forma que segue:

Trata-se de requerimento formulado pelo Deputado Nereu Moura, cujo objeto é a juntada das proposições de Emenda Constitucional nº 40/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, e a Mensagem do Governador nº 27/06.

Ambas as proposições versam sobre a proibição de contratação de parentes no âmbito dos poderes, ou seja, a proibição do “nepotismo”.

O entendimento sobre a matéria já foi manifestado por esta Procuradoria-Geral do Parecer nº 062/06-PG, sobre a Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Rafael Greca sobre o mesmo objeto, com a manifestação contrária não só à anexação das duas proposições, como também a qualquer forma de interrupção do trâmite da Proposição nº 40/05 previstos no rito especial do artigo 190 e seguintes do Regimento Interno.

As proposições para emendas à Constituição têm rito específico não só na Constituição Estadual e Federal, como também no Regimento Interno deste Poder, nos artigos 190 e seguintes que colamos abaixo:

TÍTULO V

Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais

Capítulo I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 190. Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 191. A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 192. Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 193. A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 194. Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 195. Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 196. Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 197. Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

De acordo com o artigo 190 do Regimento Interno, a Proposição nº 40/05 encontra-se em avançado estado do processo legislativo e atingida pela preclusão consumativa quanto à sua modificação, emenda ou alteração do objeto, tendo inclusive sido submetida à primeira votação os dois turnos previstos no artigo 193 daquele Regimento.

Conforme se verifica no artigo 195 do Regimento Interno, aplicar-se-iam as disposições regimentais relativas ao trâmite que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores (grifamos), portanto, tendo sido operada a preclusão consumativa na apresentação de emendas à

Proposição nº 40/06, qualquer outra forma, ainda que regimental, de alterá-la ou modificá-la não é permitida.

A Proposição, ou PEC, nº 40/06, venceu a fase de apresentação e encontra-se em final da segunda fase, que é a de instrução. Compartilhamos, pois, o entendimento de Andyara Klopstock Sproesser, em Direito Parlamentar - Processo Legislativo, onde interpreta não haver mais condições de apresentação de emendas à PEC após encerrada a fase de apresentação:

Como o é, p. ex., no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, em cujo sistema, iniciada a fase de instrução, não mais cabe a apresentação de emendas, pois estas somente serão admitidas enquanto a proposta de emenda se encontrar em pauta, ou seja, enquanto estiver na fase de apresentação, anterior à fase de instrução (RIAL, XI Consolidação, artigo 253, parágrafo 2º). (Andyara Klopstock Sproesser, in Direito Parlamentar - Processo Legislativo, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2ª ed. Revista, 2004, p. 143)

Em síntese, e por conclusão derradeira em face do exposto e do já manifestado no Parecer nº 062/06-PG, esta Procuradoria se manifesta no sentido de não se admitir a juntada das duas proposições de emendas à Constituição, quer pela preclusão consumativa que se operou na PEC nº 40/06, quer pelo impedimento regimental que veda as disposições conflitantes com o Capítulo I do Título V do Regimento Interno. É o parecer.

Curitiba, 12 de abril de 2006.

(aa) AYRTON COSTA LOYOLA - Procurador-Geral
ERON ABBoud - Advogado

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 004/06, Mensagem Governamental nº 006/06, item 16, por uma Sessão.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de abril do corrente para o lançamento da Agenda Legislativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) DOBRANDINO DE SILVA

REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja disponibilizado o dia 08 de maio de 2006, às 16h00, no Salão Nobre desta Assembléia Legislativa, para o lançamento do livro “Um caminho para a liberdade - 750 dias de arte dentro de um presídio”, de Adriane Muler.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Edilson Seronato, ocorrido em 19 de março, em Curitiba, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Reny Simas Carnasciali, ocorrido no dia 11 de abril de 2006, aos 91 anos de idade, na cidade de Apucarana. Homem público dos mais honrados, meu amigo pessoal e pioneiro de Apucarana onde chegou em 1952, foi também pioneiro na Colônia Italiana de Curitiba e um dos fundadores da Boca Maldita. Deixa viúva a Sra. Irene Soares Carnasciali, dois filhos e dois netos.

Esta Casa lamenta o falecimento do Sr. Reny Simas Canasciali e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências, e que seja oficiada a família em Apucarana.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares da Sra. Carmem Lúcia Conti, pelo falecimento ocorrido em 16 de abril do corrente ano.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Adib Fares Abou Nabhan.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Keitaro Yaguinuma, com 74 anos de idade, ocorrido no último dia 11.04.06.

O falecido era membro do Conselho Deliberativo da Associação Nipo-Brasileira de São Paulo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lodair Culpí.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao engenheiro eletricitista Helder Cordeiro Barroso e equipe, pelo excelente trabalho desenvolvido junto à Superintendência Regional da Copel, em Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Rua Joaquim

Nabuco, 184 - Centro - CEP 84025-900 - Ponta Grossa-PR.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e - como tal encaminhando ao Sr. Carlos Rabbay Zelaquetti, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

A correspondência deverá ser encaminhada para: Carlos Rabbay Zelaquetti - Osmoze Jeans - Avenida América, 546 - Cianorte-PR - 87200-000.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à Comunidade e - como tal encaminhado ao Sr. Petherson Nabhan, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

A correspondência deverá ser encaminhada para: Petherson Nabhan - For Boys Confecções - Avenida Paraíba, 1737 - Cianorte - PR - 87200-000.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente à Administração do Porto de Paranaguá, que determine com máxima urgência o funcionamento das restaurantes e lanchonetes, construídos junto ao pátio de estacionamento de caminhões.

Tal solicitação justifica-se com as constantes reclamações dos motoristas que ali aguardam a descarga.

Com o fluxo de 1.500 a 2.000 motoristas que circulam diariamente pelo pátio de cargas, até o presente momento ainda não foram liberados os restaurantes e lanchonetes, essas pessoas não têm onde fazerem suas refeições de forma adequada.

Na oportunidade, enalteçemos a ação da administração em construir um local adequado para a alimenta-

ção dos que ali trabalham, mas que necessita com máxima urgência a liberação dos mesmos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER, seja encaminhado ao Ministério Público Federal, bem como ao Ministério Público Estadual as fotos do veículo Gol, placa AMN 5771, de propriedade da Petrobras, caracterizado com o logotipo "Projeto Iguatu", sendo utilizado pelos integrantes do MST durante a invasão de um prédio público.

Conforme informações recebidas através de denúncia, o referido projeto trata de questões ambientais e de agricultura familiar, conforme informa o site da Petrobras (www.petrobras.com.br/responsabilidadesocial).

Consta ainda que a placa do citado veículo está em nome da AOPA - Associação Paranaense para o Desenvolvimento da Agroecologia.

Por fim, informou o Serviço de Atendimento ao Cliente da Petrobras (manifestação 460127) que *a utilização desse veículo com o logo da Petrobras nos deixe no mínimo preocupado, pois é inconcebível um órgão dessa natureza e com tamanha grandeza estar apoiando o MST justamente na invasão de um prédio público que tem como único objetivo atender à população do Município.*

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado que o este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor da Imprensa Oficial a proposição de edição, pela Imprensa Oficial do livro Colônia Militar do Chopim, de autoria do historiador paranaense William Sidney Weber, que conta a história do início do povoamento e posse do sudoeste paranaense. O projeto deste livro, com 150 páginas, textos, fotos, mapas ilustrações, tabelas e dado estatísticos, descrevendo a vida na colônia, citando e situando os seus habitantes.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância para o engrandecimento cultural e fortalecimento econômico de um povo, o conhecimento de sua história A preservação de sua raízes, a valorização de seus ancestrais mediante a ciência

de como estes conquistaram a terra e contribuíram para seu desenvolvimento. O sentimento de orgulho acerca do legado deixado por nossos antepassados depende, em grande parte, da visibilidade que a pesquisa histórica tem condições de alcançar.

A Colônia Militar do Chopim foi o primeiro núcleo de ocupação e colonização por descendentes de europeus do sudoeste do Paraná, no século XIX. Ela merece ser melhor conhecida e compreendida, porque tornou-se um marco para o desenvolvimento da região hoje de grande importância para a economia estadual. Infelizmente, sua história é muito pouco estudada, sendo praticamente ignorada pelo grande público, tornando esse projeto inédito e de grande relevância.

Os paranaenses e brasileiros precisam conhecer e valorizar sua rica história e a importância que a Colônia Militar do Chopim desempenhou para o sudoeste do Paraná (pioneirismo na ocupação), e para o Brasil (facilitador da posse de um território em litígio de fronteiras entre nosso País e a vizinha Argentina). Com a ocupação iniciada nesta colônia desencadeou-se um processo que culminou com a posse definitiva de toda região do atual sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina.

O autor tem raízes familiares nesta Colônia e tem pesquisado o tema nos últimos quatro anos, em arquivos, museus, bibliotecas e acervos, públicos e privados, fazendo uma profunda revisão bibliográfica, acumulando informações, documentos e fotografias digitais de documentos sobre a Colônia Militar do Chopim.

Seja esta requerimento encaminhado às autoridades mencionadas e ao escritor e historiador William Sidney Weber - Rua João Alencar Guimarães, 1740 - Bloco 14 - Ap. 4 - CEP 81.220-190.

REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações quanto as ações tomadas pelo Governo em relação aos problemas enfrentados pelo Colégio Estadual João Marcos da Silveira.

Sala da Sessões, em 17.04.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 163 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 163. São 02 (dois) os processos de votação:

I - simbólico e,

II - nominal aberta = voto aberto”

Art. 2º O artigo 166 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 166. A votação nominal será processada da seguinte forma:

I - os nomes dos Deputados serão chamados pelo 1º Secretário, em ordem alfabética e em voz alta;

II - os Deputados chamados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão ‘SIM’ ou ‘NÃO’, conforme aprovem ou rejeitam a matéria em votação;

III - as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.”

Art. 3º O artigo 167 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167. As seguintes proposições legislativas, passam, obrigatoriamente, pela votação nominal aberta:

I - os vetos totais os parciais do Governador do Estado;

II - as Autorizações de Plebiscito para Criação, Incorporação, Fusão e Desenvolvimento de Municípios;

III - a Concessão de Título de Cidadania Honorária e Benemerita.”

Art. 4º O artigo 168 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 168. A Assembléia Legislativa disponibilizará gratuitamente, na internet e em material impresso, a qualquer cidadão brasileiro, eleitor ou não, independente de requerimento formal ou verbal, relação completa de todas as votações nominais abertas, em até 15 (quinze) dias após a sua realização, contendo a matéria votada, o nome do Deputado, seu partido e sua manifestação de voto = Favorável, Desfavorável ou Abstenção.”

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

01. A proposição em tela, tem por objetivo legislativo, retirar do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o processo de votação por escrutínio secreto.

02. A votação em escrutínio secreto esconde dos cidadãos paranaense, principalmente dos eleitores, de como seu Deputado votou, está votando, e está defendendo seu interesse individual ou de pequenos grupos econômicos, em detrimento do interesse público e coletivo.

03. Todo o Deputado quando eleito, recebe de seus eleitores uma procuração em branco para representá-los e defender o interesse coletivo, não podendo assim, esconder a forma que votou, pois no seu votar não pode representar o seu interesse, isto é, o voto não lhe pertence.

04. Todo o processo de votação, para ser transparente e democrático, deve ser nominal e aberto, pois

reflete na sua amplitude a aplicação da democracia e da transparência Legislativa Parlamentar. A democracia resiste, mas é preciso ética e transparência em todos os Parlamentos deste país.

05. O processo de votação por escrutínio secreto não mais reflete o pensamento da população brasileira pois os últimos acontecimentos políticos em Brasília, Capital Nacional, grita mudanças mais profundas em todo o sistema político nacional.

06. Na Câmara Federal, em virtude dos últimos acontecimentos foi criada uma Frente Parlamentar pelo **“Fim do Voto Secreto”**. Um abaixo-assinado já foi entregue para o Presidente da Câmara, contendo o seguinte título = **“Voto Aberto no Congresso Nacional, quero saber como meu representante vota”**.

07. Saber como e de que forma os Parlamentares estão votando, é um direito político-eleitoral essencial do eleitor e do cidadão brasileiro. A soberania política, é da população, pois escolhe os seus representantes = “CF/88, Parágrafo Único, Artigo 1º”. Desta forma, o Deputado Estadual, ao votar, não deposita o seu voto, mas, sim, o dos cidadãos que representa.

08. Em várias câmaras de vereadores, situadas nas mais diversas cidades brasileiras, já existem movimentos e proposições em favor do “Voto Aberto”.

09. Também já se tem notícias da existência de vários movimentos parlamentares e de proposições parlamentares com a mesma matéria e, que estão sendo discutidos nas Casas Legislativas deste país.

10. Neste sentido, é que no Congresso existem 07 (sete) PEC em tramitação, matéria que entrará em votação neste mês de abril/06. São elas; PEC 349/2001; 350/2001, 352/2001, 361/2001, 390/2001, 403/2001 e PEC 39/2003.

11. Nesta Casa de Leis existe a PEC 026/2006 = Projeto de Emenda Constitucional com o objetivo de retirar da Constituição do Paraná, a votação por escrutínio secreto. A Alteração é do parágrafo 4º do artigo 71, da Constituição do Estado do Paraná, que passará, se aprovada, a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em Sessão única, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em votação nominal.”

12. A presente proposição vem complementar a PEC 026/2006, para retirar do Regimento Interno desta Casa, também qualquer votação por escrutínio secreto, transformando todas as votações da Assembléia Legislativa do Paraná, por “Votação Nominal Aberta”.

13. O voto nominal e aberto, é uma forma do Deputado Estadual prestar contas de suas atividades parlamentares aos cidadãos paranaenses. É neste pensamento que esta Casa de Leis deve fazer a sua parte, servindo de exemplo às demais Assembléias do Brasil.

14. Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição de alteração do Regimento Interno.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 189/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Jacarezinho, dois imóveis localizados na sede do Município, o primeiro na Rua Benjamim Constant, nº 986 e o segundo na Rua Rouxinol, nº 419, Jardim São Luiz, matriculados sob nºs 13.782 e 8.821, respectivamente, no Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para abrigar a Escola Municipal Vera Cecília Lamin e a escola Municipal Maria Tereza Quevedo de Andrade, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação torna-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei autorizando o Poder Executivo a doar ao município de Jacarezinho, dois imóveis localizados na sede do Município, o primeiro na Rua Benjamim Constant, nº 986 e o segundo na Rua Rouxinol, nº 419, Jardim São Luiz, matriculados sob nºs 13.782 e 8.821, respectivamente, no Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Os imóveis em questão já abrigam, respectivamente, a Escola Municipal Vera Cecília Lamin e a Escola Municipal Maria Tereza Quevedo de Andrade, através de cessão de uso do Governo do Estado ao município de Jacarezinho.

Com o interesse da Prefeitura Municipal de Jacarezinho em reformar e ampliar os prédios das escolas, torna-se necessário a presente doação para que a municipalidade não incorra na desobediência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 190/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí, com sede e foro na cidade de Uraí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Fruticultores de Uraí, é uma entidade fundada em 23 de agosto de 2001, está situada na Rua Montevideo, s/n, na cidade de Uraí, possui 44 viticultores associados, numa área de 200 ha, com produção anual de 4.500.000kg de uva final de mesa, gerando 800 empregos diretos e indiretos.

É uma associação sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, apolítica e adogmática, pessoa jurídica constituída por pessoas físicas e jurídicas se rege por estatuto próprio registrado no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Uraí.

Um dos seus objetivos é criar em época oportuna, serviços próprios que possam promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação e outros serviços necessários à produção e servir de assessoria ou representante dos associados.

Também objetiva criar serviços próprios de assistência técnica, médica, dentária, recreativa, educativa, ou, com este objetivo celebrar convênios com entidades públicas ou privadas. Sua diretoria não é remunerada e cumpre as exigências da lei.

PROJETO DE LEI Nº 191/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Dr. Antonio Anibelli, a rodovia PR-662, que liga os municípios de Manguaçu e a Segredo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa nominar de Rodovia Antonio Anibelli, a rodovia PR-662, que liga Manguaçu ao município de Segredo na região sudoeste do Estado do Paraná.

Acredita-se que desta maneira presta-se uma homenagem devida a um homem que muito trabalhou pelo povo do Estado do Paraná, seja durante sua carreira jurídica ou política.

Dr. Antônio Anibelli substituiu o Governador Bento Munhoz da Rocha Netto de 03 de abril a 1º de maio de 1955, quando este renunciou ao governo para ocupar o Ministério da Agricultura no Governo Café Filho, cabendo-lhe transmitir o poder ao novo Governador eleito pela Assembléia Legislativa, Adolpho de Oliveira Franco.

Nascido em São Paulo a 14 de outubro de 1911, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Ingressou no Ministério Público, tendo iniciado a carreira no município de Ipiranga e depois Clevelândia, onde se elegeu Prefeito.

Capaz e combativo, foi alçado à Assembléia Legislativa na legislatura 1951/1954, reelegeu-se em 1958 e mais tarde, em 1962, ascendeu à Câmara dos Deputados ocupando cadeira em Brasília, recém-inaugurada.

Orador fluente, fez profissão de fé trabalhista, partido ao qual se dedicou inteiramente.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 192/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14.181/03, alterado pela Lei nº 14.490/04, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Pró-Juventude de Maringá - Ajumar, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná e com CNPJ 03.696.631/0001-85.”

Art. 2º Revoga-se a Lei Estadual nº 14.490, de 28 de julho de 2004, publicada no DOE nº 6.781.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem por objetivo apenas alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 14.181/03, motivada pela alteração da razão social da entidade.

A entidade possui documentação necessária e suficiente para a devida alteração da redação da Lei Estadual.

Espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito também o 1º Secretário a leitura do Parecer à consulta feita a esta Mesa à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Nereu Moura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Vanderlei Iensen)
(Lê parecer do Procurador-Geral)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Este foi o Parecer da Procurador-Geral da Casa e damos por respondia. É a posição desta Presidência.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, faço uso do Pequeno Expediente e também do horário da Liderança do PDT.

(Lê)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No último dia 11 de abril não estive presente na Sessão Ordinária desta Casa, em razão de estar prestando um depoimento perante o Tribunal Marítimo Internacional, do Rio de Janeiro, fato esse comunicado, por escrito, à Mesa.

O objetivo da audiência era relatar os trabalhos realizados pela Comissão Especial de Investigação do acidente com o navio *Vicuña*, ocorrido em 15 de novembro de 2004, Comissão essa que tive a honra de presidir.

Estava cumprindo o meu dever como Parlamentar, contudo a minha ausência em plenário acabou sendo aproveitada de maneira ardilosa pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, para promover uma nota de desagravo em favor do advogado Alessandro Silvério. Em 06 de agosto de 2003, durante a Sessão da CPI do Banestado, o referido advogado tentava impedir os trabalhos da Comissão exigindo que a imprensa saísse do plenarinho desta Casa para que, só assim seus clientes, ex-gerentes de Nova York, pudessem adentrar ao recinto para seus depoimentos. Argumentava o advogado que deveria ser respeitado o direito de imagens de seus clientes, com o que a Comissão não concordou.

Desrespeitando o Parlamento o advogado invadiu o local reservado aos Srs. Deputados de maneira ríspida e deseducada, provocando um tumulto na Sessão que acabou sendo acompanhado por toda a imprensa.

A Sessão acabou sendo suspensa. No mesmo dia o advogado ingressou na Justiça Federal com um pedido para que a audiência fosse reservada, sem a presença da imprensa para preservar o direito de imagem dos ex-funcionários do Banestado, na ocasião, seus clientes.

O pedido foi indeferido pelo Juiz Federal Dr. Sérgio Moro, que acabou determinando data e horário para comparecimento em audiência pública, o que acabou ocorrendo no dia 11 de agosto de 2003.

A decisão do magistrado coincidia com o entendimento dos Deputados da CPI de que a Sessão deveria ser pública, para o conhecimento dos paranaenses, como foram todas as Sessões da CPI do Banestado, sem exceção, onde foram ouvidos ex-Presidentes do Banco, ex-Secretários de Estado, ex-Diretores do Banco Central e até mesmo o Presidente do Banco Itaú.

Ressalte-se que, se houve abuso, este se deu de parte do advogado o qual exorbitou o direito de bem

defender seus clientes, culminando por desrespeitar o Parlamento do povo do Paraná.

No dia 11 de abril último, foi lida uma Nota de Desagravo, durante a Sessão Plenária, por ter sido o advogado Alessandro Silvério ofendido por este Parlamentar, repudiando o ato e requerendo que seja registrada em minha ficha funcional a Nota de Desagravo.

Curiosamente o ofício de encaminhamento se deu no dia 11 de abril, mesmo dia da Sessão Plenária, e a Nota de Desagravo também é datada do mesmo dia.

A minha tristeza neste momento, lamentavelmente, é com a complacência da Presidência desta Casa!

Autorizou a leitura do ofício e da Nota de Desagravo, em flagrante desobediência ao próprio Regulamento Geral da OAB, que determina em seu artigo 18:

Seção II

Do Desagravo Público

Art. 18. O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão de exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.

§ 1º Compete ao relator, convencendo-se da existência de prova ou indício de ofensa relacionada ao exercício da profissão ou de cargo da OAB, propor ao Presidente que solicite informações da pessoa ou autoridade ofensora, no prazo de quinze dias, salvo em caso de urgência e notoriedade do fato.

§ 4º Em caso de acolhimento do parecer, é designada a sessão de desagravo, amplamente divulgada.

§ 5º Na sessão de desagravo o Presidente lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito.

§ 6º Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida pela diretoria ou conselho da Subseção, com representação do Conselho Seccional.

Como bem retrata o artigo 18 do Regulamento Geral da OAB, em seu parágrafo primeiro, devem ser solicitadas ao suposto ofensor, informações sobre o caso no prazo de quinze dias.

É o primeiro que se espera de uma instituição como a Ordem dos Advogados do Brasil, que respeite o direito à ampla defesa e ao contraditório, preceitos constitucionais do Estado Democrático de Direito tão defendido pela própria OAB em tempos em que muitos se calavam.

Como se não bastasse, a Sessão de Desagravo foi realizada na minha ausência, sem poder ao menos ter o direito de replicar os fatos, sendo forçado a, tardiamente, exercer o meu direito de defesa.

O Regulamento Geral ainda fala da dispensa da solicitação de informações em casos de urgência e notoriedade, contudo, estamos aqui falando de um caso ocorrido em 06 de agosto de 2003. Pergunta-se: onde está a urgência?

Já se passaram praticamente três anos do fato e somente agora, sem possibilitar a ampla defesa e a possibilidade de falar a verdade sobre o que realmente ocorreu naquele dia é que a OAB, através de seu Conselho, vem promover o desagravo público?

Repudiamos com veemência a maneira como esta situação foi conduzida, impedindo o livre exercício das prerrogativas deste Deputado, e ainda mais deste cidadão, que não teve a mínima possibilidade de se defender de tão absurda manifestação.

Por fim, quero ressaltar aqui o respeito e a admiração que tenho pela classe dos advogados, tanto que durante a CPI fui assessorado por seis advogados, os quais, com brilhantismo e competência, defenderam o patrimônio do povo paranaense.

É bastante curioso ainda que esta manifestação tenha ocorrido justamente em um ano eleitoral, mas tenho certeza que a população brasileira saberá separar o joio do trigo e não será manipulada por este tipo de manifestação.

Tomarei as medidas que forem necessárias para assegurar os meus direitos, se preciso, na Justiça!

O que tenho a dizer é que a verdade o tempo não apaga e vai registrar para sempre na história que tive o orgulho de presidir a mais importante CPI já realizada neste Estado e talvez neste país, a qual trouxe resultados práticos e positivos no auxílio ao Ministério Público e à Justiça para que os responsáveis pelos prejuízos causados à administração pública tenha a punição que merecem.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Sr. Presidente, só lamento mais uma vez que na minha ausência a Presidência tenha acatado um requerimento e tenha colocado em pé duas pessoas que pediam um desagravo a um membro desta Casa, sem ao menos dar a oportunidade para que eu explicasse a esta Presidência os fatos ocorridos na CPI, em 2003. Isso não pode virar uma regra na Casa, porque tenho certeza que tem dezenas e dezenas de pedido de cassação de Governador, inúmeros processos que não vieram aqui, colocados a público.

Então, Sr. Presidente, desejo muito que V. Exa. faça retirar das notas taquigráficas aquela leitura. Até mesmo quer faça retirar a minha defesa de hoje, mas que isso não conste nos Anais da Casa, porque amanhã ou depois poderemos ter alguém a representar contra um Deputado e o Presidente receber essa acusação e lê-la, e, aquilo tornar um desagravo contra um membro desta Casa.

Eu, Sr. Presidente, com toda a sinceridade, quando estava no Rio de Janeiro, ainda depondo, recebi o telefonema e fiquei impressionado, porque lá eu estava defendendo o povo do Paraná, defendendo aquilo que era do interesse público. Estava, ao mesmo tempo aqui, sendo colocado nos Anais um desagravo de um assunto de

2003. Por sinal o advogado não tem nenhuma razão, porque sentou no local onde sentavam os depoentes. Ele pediu uma Questão de Ordem. Nós pedimos a primeira Questão de Ordem: “que o senhor sente na cadeira dos acompanhantes dos depoentes”. Ele insistiu: “meus clientes não entrarão aqui, enquanto a imprensa estiver no plenário”.

Pois bem, se ainda não bastasse, subiu à mesa reservada aos Deputados dando de dedo neste Presidente e, a segurança da Casa agiu prontamente. E agora, vem aqui no dia em que estou ausente e me acontece uma coisa dessa!

A Questão de Ordem que eu faço, Sr. Presidente, qual é a atitude mais sensata a ser tomada, porque o que não pode é ficar numa situação costumeira, pode se tornar amanhã ou depois, Deputado Nelson Justus, Deputado Rossoni, qualquer um vem aqui, um advogado e protocola na Mesa, o Presidente aceita e lê. Aí como é que nós vamos ficar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou responder a V. Exa.

O SR. NEIVO BERLADIN (PDT)

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós fomos procurados por representantes da OAB, pelo Presidente da Comissão da OAB, em nome da OAB. O que veio aqui foi uma correspondência oficial da OAB e de acordo com a Constituição Federal exigiu desta Presidência que fizesse a leitura.

Mas não era para V. Exa. fazer defesa aqui ou não. Veio a decisão já com voto de repúdio a V. Exa. por intermédio da OAB.

O SR. NEIVO BERLADIN (PDT)

Baseado em que razão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Confesso a V. Exa. que quem dirigiu a correspondência a esta Presidência foi a OAB, não foi simplesmente um advogado, baseada pela Constituição Federal, onde exigiram que se fizesse a leitura. Infelizmente V. Exa. não estava aqui.

O SR. NEIVO BERLADIN (PDT)

A OAB tem poderes para exigir?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem a legislação que nós somos obrigados a aceitar, com o é o Juiz, como o é o Desembargador, como o é o Presidente do Tribunal de Justiça. Acho que a única falha de V. Exa. foi, inclusive falei com o representante da OAB, dizendo - o Deputado não está aqui hoje, seria melhor que ele estivesse presente, mas eles foram categóricos. Nós estamos exigindo baseado em leis.

Vou buscar as leis que eles se basearam para informar a V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Gostaria. Mas veja que o artigo 18 da OAB lhe dá quinze dias para o ofendido se defender. Aqui na Casa eles tiveram pronto atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Acho que V. Exa. está enganado. Foi uma decisão final da OAB. Já não cabia mais recursos para V. Exa. dentro da OAB. Não quero discutir a questão da OAB. Estou colocando a posição que foi colocada nesta Casa baseada por lei da Constituição.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, V. Exa. há de me perdoar, V. Exa. sabe, eu respeito o tempo. V. Exa. sabe o trabalho que nós fazemos para defender esta Casa. Eu, de forma nenhuma gostaria que V. Exa. fosse ofendido, como não gostaria que nenhum Parlamentar fosse.

Mas, o que acabo de justificar são os fatos não dão ao advogado a verdade, pelo contrário, ele simplesmente se comportou de forma irregular.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas aí o fórum para se defender é junto à OAB. Acredito que V. Exa. deve ter sido notificado pela OAB anteriormente para fazer a defesa. Se não, foi um erro que a OAB teve e que V. Exa. poderá questioná-la. Fica registrada a posição de V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Fica registrado nos Anais da história este fato.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (PFL)

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Utilizo da tribuna neste momento para pedir a atenção de V. Exas. para uma proposta de Emenda Constitucional que apresento nesta tarde. Já acolhi um número expressivo de assinaturas; serão necessárias dezoito assinaturas para apresentação da emenda. Depois, na votação serão necessários 33 votos para que nós modifiquemos o artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná.

Quero, nesta oportunidade em que apresento esta Emenda Constitucional, fazer um agradecimento muito especial à Sanepar e à equipe de técnicos da Sanepar que me assessorou por mais de trinta dias em reuniões, em encontros, até que nós pudéssemos chegar a uma proposta definitiva que no nosso entendimento, irá, sem dúvida nenhuma, contribuir com a questão do meio ambi-

ente e principalmente com a questão de saneamento do nosso Estado.

A nossa proposta, em síntese, Sr. Presidente, diz o seguinte: a partir de aprovada essa Emenda Constitucional, todo município para fornecer o “habite-se” de qualquer construção, de qualquer edificação, seja ela privada ou comercial, será necessário uma vistoria ou o fornecimento de um certificado da Sanepar. Isto é, construção nova, para ter o “habite-se” precisa do certificado da companhia de Saneamento, ou a Sanepar ou a Companhia de Saneamento que atenda aquele município. Porque isto vai obrigar a que toda nova edificação, tenha uma caixa de gordura decente, moderna, uma fossa séptica decente, moderna, esteja sua ligação de rede de esgoto ligada na coletora do Estado ou do município. E ainda mais: todos os pré-requisitos para que não tenhamos abusos e interferências na questão do meio ambiente.

Quando iniciamos este projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tínhamos uma preocupação excessiva, principalmente com o litoral porque lá, sim, há um abuso extraordinário na construção das casas, as pessoas fazem suas ligações de qualquer maneira e todos os detritos vão para uma vala, que vai para um valetão, que depois vai para o rio e finalmente vai para o mar.

Depois de várias reuniões com a Companhia de Saneamento do Estado, chegamos à conclusão de que deveríamos englobar todo o Estado do Paraná neste projeto. Portanto, uma vez aprovada esta Emenda à Constituição, fica vedado o fornecimento de “habite-se” por parte dos municípios, sem a comprovação da existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto e sem a certificação do responsável pela rede de coleta e afastamento dos esgotos sanitários domésticos, da ligação da rede coletora, quando esta existir.

Em assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conto com o apoio de V. Exas, necessito ainda de mais duas assinaturas, tenho apenas dezesseis, preciso de mais duas para que tenhamos completado as dezoito para que esta emenda possa ser apreciada pelas comissões da Casa e seja aprovada em plenário.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é uma colaboração que esta Casa dá ao meio ambiente e ao saneamento do Estado. E eu volto a repetir, para que torne público e para que fique gravado nos Anais desta Casa, os agradecimentos que faço à Secretaria do Meio Ambiente e especialmente à Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, a sanepar, na pessoa do seu Presidente, na pessoa do Dr. Geara, e de todo o corpo técnico da Sanepar que me ajudou a elaborar este projeto.

Muito obrigado, conto com o apoio, preciso pelo menos de mais duas assinaturas para poder encaminhar este projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, e por

deliberação dos senhores membros, nós convocamos e solicitamos informações à Paranaprevidência, baseado no Regimento Interno da Casa e também baseado na Constituição do Estado, tendo em vista que o Paranaprevidência nos remeteu os cem primeiros nomes dos que mais recebem pensão e aposentadoria; precisamos então, de novas informações. Já se passaram mais de quinze dias e essas novas informações ainda não vieram. Veio, sim, uma solicitação pedindo mais quinze dias.

Não consigo entender um órgão que administra o Paraná, o Fundo de Previdência do Estado ter tamanha dificuldade para fornecer as informações e tendo em vista que já há divergências soltas no ar.

Então, encareço a V. Exa. e também por conseguinte à Paranaprevidência, à Liderança do Governo, para que tomem providências no sentido de nos informar, imediatamente, sendo ela controladora da aposentadoria dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência irá tomar as providências necessárias para fortalecer sua solicitação.

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encerrou-se neste domingo a 46ª edição da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. Nos sessenta anos da sociedade rural do Paraná rondava uma nuvem negra que pairou sobre a realização desta que é considerada a maior feira da América Latina, mas depois de dez dias e ainda o saldo não anunciado pela direção da sociedade rural do Paraná, subimos à tribuna da Assembleia Legislativa, na tarde de hoje, para parabenizar não apenas à sociedade rural do Paraná, mas a pujança do setor agrícola, agropecuário e industrial, todas as entidades que são responsáveis pelo sucesso desta feira. A crise do agronegócio, a estiagem, a falta de uma política de preços para o setor agrícola e agropecuária e principalmente a questão da febre aftosa foram obstáculos transpostos por todos aqueles que tiveram responsabilidade direta para a realização e o sucesso dessa feira. Foram leilões, shows, novos maquinários sendo apresentados, a transferência de tecnologia, e acima de tudo a participação popular, que mostrou, nesses dez dias, como é forte nossa agricultura.

Parabéns a todos os empreendedores de Londrina, do Norte do Paraná e de todo o Estado, que são partícipes neste sucesso que foi a 46ª edição da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. O agronegócio se agiganta. Vários leilões conseguiram inúmeros recordes, até, como o Nelore, que citamos como exemplo, aqui.

A feira de Londrina baliza os preços das grandes feiras brasileiras, mas nenhuma delas - nem a de Esteio,

nem a de Uberaba - é maior do que a Feira Agropecuária e Industrial de Londrina. Por isso é que ela é a maior feira da América Latina, com todas as dificuldades. Tivemos em vários dias desses dez que foram realizados os shows, os eventos, o Parque de Exposições Ney Braga quase que lotado.

Então, fazemos uso da palavra, neste instante, para parabenizar ao agronegócio, aos agricultores, aos agropecuaristas, à Embrapa, à Emater, ao Iapar, a todas as entidades que tiveram diretamente sua participação nesta grande festa. Não apenas aquelas pessoas que têm terra, aquelas pessoas que tiveram um *stand* para mostrar sua tecnologia ou para vender seus produtos. Mas, a cidade de Londrina, que tem na sua maior festa, nesses dez dias, a sociedade rural do Paraná, através da exposição, mostrou novamente sua auto-estima elevada, passando por um grande problema, talvez o maior durante estes 46 anos de edição da sociedade rural do Paraná.

Nós nos regozijamos na tarde de hoje e falamos em alto e bom som que Londrina, e a sociedade rural do Paraná tiveram a excelência, mais uma vez, do negócio, com as palestras, com os simpósios, com vários tipos de eventos que marcaram a grandeza, mais uma vez, da agricultura paranaense. Mesmo com a febre aftosa, outra mentira que não se consubstanciou em nosso Estado até agora, também com a falta de uma política voltada para o setor, mas temos que parabenizar o auxílio que o Governo Federal deu, Deputado André Vargas, aos agricultores num momento emergencial que tanto ansiava essa classe que sofre com vários tipos de problemas, mas que conseguiu realmente levar a termo essa exposição e temos que citar aqui, com certeza, a participação desse novo plano do Governo Federal para auxiliar os agricultores que estão vivendo momentos difíceis, todos nós sabemos.

Muito obrigado Sr. Presidente, e mais uma vez aqui, publicamente, quero deixar o nosso registro e os nossos cumprimentos a todos aqueles que participaram da 46ª edição da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, ainda assim, a maior feira da América Latina nesse setor.

Muito obrigado, Presidente Pedro Ivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri. Abre mão.

Com a palavra, então, o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos na tribuna da Assembleia Legislativa nesta tarde para falarmos de um assunto ocorrido na cidade de Quatro Barras. Na semana passada uma menina

de nove anos foi seqüestrada, foi levada pelos bandidos, depois foi estuprada, assassinada e jogada em um terreno baldio, amarrada dentro de um saco de lixo, desses sacos pretos, trazendo uma revolta muito grande à população de Quatro Barras, bem como um pânico se espalha pela cidade. E os pedidos de providências são neste exato momento o grande clamor da cidade, pois de uma família humilde, filha de marceneiro, essa menor, violentada, estuprada, assassinada, tem os bandidos ainda, bandidos porque pelos exames coletados pela criminalística mais de uma pessoa participou deste horrendo crime. E a cidade está a perguntar sobre a polícia, as ações da inteligência da polícia, sobre o que é que está ocorrendo que até agora não se tem uma pista concreta, apesar das evidências que o caso, por si só, demonstram e caminham para os culpados.

Portanto, estamos aqui para cobrar do Secretário da Segurança Pública, para cobrar deste jovem Promotor Público, que quando a notícia lhe é favorável ele vai à televisão para dar esclarecimentos; e até agora ele ainda não se pronunciou e não colocou lá os efeitos da polícia, a inteligência da polícia, para que pudessem localizar e prender esses animais, esses bípedes selvagens e cruéis que praticaram este crime na cidade de Quatro Barras. Uma cidade pacata, ordeira, e nada até agora foi feito para que se pudesse chegar, pelo menos para mostrar à comunidade de Quatro Barras que se está trabalhando, que está se preocupando com a questão da segurança daquela comunidade, que vive às pazes dentro da Região Metropolitana de Curitiba.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero prestar a minha solidariedade ao Deputado Neivo Beraldin que foi à tribuna, há poucos minutos, para relatar uma questão ocorrida, no ano de 2003, entre ele, Presidente da Comissão e que estava apurando as questões do Banestado, e um advogado, que representava alguns réus ou alguns inqueridos, naquela oportunidade. Além de ter sido arrogante naquela Sessão, o advogado foi mal-educado, posicionou-se de uma maneira afrontosa contra a comissão constituída por esta Casa e, agora, manda-se para cá um documento que é lido e registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Neivo Beraldin, quero me colocar à sua disposição para também mandar um documento à OAB, se for o caso, esclarecendo a situação, para que a OAB possa gastar o seu tempo com coisas mais importantes como nós temos no Paraná, não perdendo tempo com uma moção dessas a V. Exa., que tenho tido um comportamento exemplar na Comissão que preside.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eram essas as ponderações que eu tinha para fazer nesta tarde.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Grande Expediente.

(Presidente Hermas Brandão assume a Presidência da Mesa).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme já anunciado anteriormente, os Grandes Expedientes desta semana e da semana que vem vão ser usados pelas entidades representativas do nosso Estado para se manifestarem sobre a Mensagem nº 04/06 que fixa, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial que trata o inciso Vº do artigo 7º da Constituição Federal.

O SR. NEIVO BERARDIN (**PDT**) (**Pela Ordem**)

V. Exa. anuncia que, nesta semana e na próxima, o plenário está à disposição das entidades. Quais seriam essas entidades?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje será a FIEP; amanhã será a Força Sindical; quarta-feira será a Fetaep; na segunda-feira nós vamos convidar a CUT; posteriormente, a FAEP, a Ocepar e há uma nova Frente Sindical que será convidada também.

O SR. NEIVO BERARDIN (**PDT**)

V. Exa. tem data aproximada de quando vamos votar esse projeto, ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme cronograma já anunciado, será no mês de maio, na primeira quinzena.

O SR. NEIVO BERARDIN (**PDT**)

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de convidar, hoje, e quero esclarecer aos Srs. Deputados que não será debate, será somente colocada a posição oficial de cada entidade. Eu faria um apelo todo especial aos Srs. Parlamentares para que ouvissem os nossos convidados sem fazer o questionamento, porque cada entidade deixará oficialmente a sua posição.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**PT**) (**Pela Ordem**)

Naturalmente, e respeitando o encaminhamento que V. Exa. coloca e que concordo, até falei agora há pouco para alguns integrantes da imprensa da minha cidade, na medida em que há entidades que colocam uma posição para o Governador e mandam carta, ofício pedindo para votar contrariamente determinado projeto. Sejam entidades sindicais, mas também entidades de trabalhadores, seria importante que de fato acontecesse assim. Mas, como há, no meu entendimento, um artifício do Governador de tentar jogar responsabilidade pela não votação da Casa e que como o Governo não fez essa oitiva das entidades, seria importante que tivéssemos uma previsão para a votação desse projeto antes do recesso Parlamentar. Daria perfeitamente tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será votado, conforme já anunciamos, temos um cronograma e será votado na primeira quinzena de maio o projeto, com certeza.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**PT**)

Apenas para confirmar, Sr. Presidente. Acho que essa é uma orientação sábia, acredito que o Governo deveria dar ouvido às entidades, mas vamos restabelecer a democracia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa realmente é uma Casa muito aberta e democrática. Por isso estamos dando oportunidade não só para as entidades patronais, como também estamos dando oportunidades às entidades que congregam os empregados do nosso Estado. O nosso convidado está dando uma entrevista para a imprensa, tão logo termine gostaria que ele ocupasse até trinta minutos para colocar a posição oficial da sua entidade. Pediria a compreensão da imprensa que continuasse a entrevista como nosso convidado após o seu posicionamento.

O SR. NEIVO BERALDIN (**PDT**)

Peço a suspensão da Sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

Reiniciamos os trabalhos.

Concedemos a palavra ao nosso convidado, Presidente da FIEP, Dr. Rodrigo Rocha Loures.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Quero aproveitar este momento, para convocar os membros da Comissão de Orçamento desta Casa, para uma reunião amanhã, às três horas, aqui na sala ao lado do plenário, para escolhermos um novo Presidente, uma vez que o Deputado Ademir Bier, hoje, não se encontra mais na Casa e nós precisamos reeleger o novo Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos agradecer a presença do Dr. Rodrigo, Presidente da FIEP, que aceitou espontaneamente o convite desta Casa para colocar a posição daquela entidade, em relação ao Projeto de Lei nº 02/06.

Com a palavra, o nosso convidado Dr. Rodrigo Rocha Loures.

O Sr. Rodrigo Rocha Loures - Presidente da FIEP

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Hermas Brandão, Deputada Cida Borghetti, Deputado Padre Paulo, demais parlamentares:

Em primeiro lugar quero agradecer o convite, a oportunidade de colocar o posicionamento da indústria, em tema de tal relevância como esse, que ora se discute, aqui, na Assembleia, que é questão da hipótese de estabelecer um salário-mínimo, com piso regional.

A nossa posição é de traduzir as nossas convicções, como vemos essa questão, no sentido do bom funcionamento da economia do Estado do Paraná e até da economia brasileira, porque não podemos dissociar a economia do Estado da economia brasileira.

Já nos posicionamos por escrito. Em princípio somos contra ao estabelecimento de um piso de um salário-mínimo regional, uma vez que a nossa experiência de mais de quarenta anos tem mostrado, que através das negociações entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores, é perfeitamente possível equacionar a questão dos pisos salariais, em cada categoria, respeitando as peculiaridades, a situação econômica de cada setor, de cada região.

Vivemos em uma economia de mercado e uma economia de mercado tem as suas peculiaridades e, usualmente, o que tem se evidenciado é que as tentativas de intervenção na economia de regulação, sempre encontram dificuldades para se consolidarem, uma vez que as realidades do mercado se impõem.

De qualquer forma, ainda que se imaginasse uma questão de um salário-mínimo regional, isso necessariamente teria que levar em conta outras políticas públicas que concorressem para aqueles ganhos de produtividade indispensáveis, para poder contemplar o financiamento de aumentos que vierem a ser propostos. Mas, acima de tudo Sr. Presidente, tem uma realidade que é o fato que o Paraná faz parte de uma economia maior, que é a economia brasileira e nós temos que estar competindo com indústrias de outros estados e, por conseguinte, temos que ter a mesma condição que prevalece em todo país. Então, por uma questão de competitividade, a isonomia de competitividade, a questão do salário-mínimo regional teria que levar em consideração os imperativos da competitividade nacional.

Temos também a questão da competitividade internacional. Hoje, se formos nas lojas e supermercados, veremos um número crescente de produtos importados que estão concorrendo com os produtos industriais produzidos no Brasil, produzidos no Paraná. Temos uma realidade do momento que estamos vivendo hoje e a agricultura, Sr. Presidente, está vivendo, segundo as lideranças agrícolas, a pior crise de todos os tempos e a indústria também está indo nessa mesma direção - nós estamos até diante de uma ameaça bastante provável de uma desindustrialização do nosso Estado. Estamos vendo setores como o setor do vestuário, o setor da indústria de base florestal, agora o próprio agronegócio, as cadeias produtivas em um momento de recessão.

Então, Srs. Deputados, ainda que o Estado do Paraná possa viabilizar um salário-mínimo regional, isso deveria necessariamente considerar vir acompanhado de

outras políticas públicas, como uma política industrial, políticas de financiamento, uma série de outras ações públicas que proporcionem aqueles ganhos de produtividade sem os quais não é possível viabilizar um salário-mínimo regional, sob pena que em amplos setores da economia verifiquemos um crescimento do desemprego ou da informalidade, outras formas de que a dinâmica empresarial acaba se imposto e fazendo escapar de uma eventual imposição que não guarde correspondência com a realidade da nossa economia.

De sorte que a nossa posição, do ponto de vista filosófico, é que a melhor forma de haver ganhos salariais é através da dinamização da economia. Não existe outra maneira que não seja dinamizar a economia, proporcionar ganhos de produtividade, proporcionar uma elevação do emprego e aí, sim, ter políticas públicas que favoreçam com que os ganhos de produtividade possam ser repartidos entre os seus autores. Esse é o nosso ponto de vista, e a nossa recomendação muito forte é no sentido que uma votação como a de um assunto que tem um impacto sistêmico tão grande quanto esse, de mexer em um item da economia, que são os salários, seja percebido de estudos de profundidade e que se tenha um pleno entendimento sistêmico desse processo, sob risco de agravarmos uma situação que já é grave. A economia do Paraná este ano está apresentando uma perda de cerca de 8% em relação a igual período do ano passado e os sinais são muitos fortes no sentido que estamos ingressando num recessão na nossa economia - vemos uma política econômica que conspira contra o crescimento, uma política econômica que se vale tão somente de um recurso de juros para controlar a inflação e que está jogando um número crescente de empresas numa situação de inviabilidade.

Interpeladores:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quando se convida uma entidade para vir a esta Casa não se abrem os debates para os Srs. Parlamentares, a não ser que o convidado permita que algum Deputado possa dirigir alguma pergunta a V. Exa. ou não.

O SR. RODRIGO DA ROCHA LOURES

Sr. Presidente, eu me coloco à disposição dos Srs. Deputados. Acho que os senhores têm um trabalho legislativo importante e eu estou aqui como representante da Federação das Indústrias. Acho que é meu dever prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados queiram.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Dr. Rodrigo, boa tarde, seja, muito bem-vindo a esta Casa. Nós acolhemos a sua contribuição como importantíssima para o debate público, pelo que o senhor representa, pelos sindicatos que representa.

Eu gostaria de ouvir o seu comentário sobre um outro ponto de vista, diverso do seu, que eu ouvi ao longo deste debate.

O que eu gostaria de saber é o seguinte: o Governo do Paraná isentou do ICMS 158 mil pequenas e médias empresas. Acho que é uma significativa parcela do universo de empresas contribuintes do Estado e o mesmo Governo sinalizando com esta idéia de um Paraná mais próximo da justiça social, imagina que esta diferença entre o salário-mínimo previsto para o Paraná e o salário-mínimo nacional, poderá voltar na forma de circulação de mercadorias, de bens e de serviços, ou seja, na forma de aumento do consumo, porque quando os mais humildes possuem mais dinheiro disponível, é evidente que os mais humildes consomem mais.

Como é que o senhor comentaria isto? Será que o impacto econômico de um povo com maior poder aquisitivo também não favorecerá ao comércio e à indústria? Parece-me que nós estamos falando de 87, pouco mais que 80 reais na diferença entre os dois pisos salariais - 350 seria o do Governo Federal e o Governador propõe 437, se não me engano. Então, nós estamos falando de 87 reais, estamos falando de quarenta dólares. O senhor não vê que esses quarenta dólares na mão da grande maioria que recebe salário-mínimo ou dos mais humildes poderia significar incremento ao comércio e à indústria? Eu gostaria do seu comentário.

O SR. RODRIGO DA ROCHA LOURES

Certamente. Todo aumento de salário acaba se traduzindo em aumento de consumo, mas o problema é que quem paga os salários são as empresas e nós temos que entender que nós temos perto de oitenta, noventa mil empresas no Paraná, das quais cerca de trinta mil são indústrias - talvez tenhamos mais de 120 mil empresas. E a situação dessas empresas é muito heterogênea e nós temos que reconhecer uma realidade de que tem que conhecer qual é a capacidade que as empresas têm de pagar um salário. Pode ser e certamente vai haver um número expressivo de empresas aonde este aumento é significativo.

Na minha empresa, por exemplo, não tem impacto nenhum, porque a minha empresa tem um piso salarial maior do que este proposto pelo Governo do Estado, mas são poucas as empresas que estão em condição, estão organizadas para poder lidar com este tipo de desafio. Um número muito grande de empresas não tem esta condição em que pese reconhecermos isto, eu sou testemunha, que o Governo do Estado tem, na medida do possível, tomado uma série de iniciativas visando apoiar o empreendedorismo. Também temos que reconhecer que, de outra parte, os aumentos de carga dos tributos federais acabaram como que neutralizando os benefícios decorrentes das reduções de impostos feitos pelo Governo estadual. Então, vivemos numa economia nacional e não podemos desconsiderar esses aspectos sistêmicos.

Volto a insistir no seguinte: uma medida que seja impositiva de aumento de custo para as empresas, tem que, necessariamente, vir acompanhada de outras políticas públicas que proporcionem a essas empresas meios de produtividade, que lhes permitam poder financiar esse aumento de renda. Essa é uma questão sistêmica, Deputado.

Agora ganhos, aumentos da massa salarial, são saudáveis para a economia, eu não tenho a menor dúvida mas para ter aumento da massa salarial é necessário que tenhamos políticas públicas que favoreçam o crescimento da economia. Infelizmente o que estamos vendo no Brasil, há mais de dez anos, é uma política econômica que é contra o crescimento, que é contra o empreendedorismo! Tudo conspira contra o empreendedorismo, os impostos são cada vez mais altos, os juros sempre elevadíssimos, a burocracia crescente, falta de investimentos na infraestrutura! Então, o nosso país está perdendo produtividade por conta da política econômica adotada.

Sem uma mudança na política econômica e, evidentemente, sem uma mudança radical na qualidade da gestão pública que proporcione redução dos gastos públicos e também mais qualidade nos gastos públicos, não é possível termos um aumento de massa salarial uma vez que não temos ganhos de produtividade na nossa economia.

Se compararmos a posição do Brasil no ranking dos países com que competimos nós vemos, ano a ano, o Brasil perdendo competitividade em relação a outros países. Temos perdas de produtividade, é o país que menos tem tido produtividade, nos últimos dez anos, Presidente.

Então, é necessário, efetivamente, termos consciência disso, de que a questão central é revertermos uma política econômica para o país e também uma mudança radical na qualidade da gestão pública, que tenhamos mais produtividade e, por conseguinte, a economia do país volte a crescer e através do crescimento da nossa economia possamos ter um aumento da massa salarial e colocarmos então a nossa economia num círculo virtuoso porque atualmente estamos vivendo num círculo vicioso.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Dr. Rodrigo:

Ouvi com atenção as suas colocações e sei da responsabilidade que o senhor tem, como Presidente da Federação das Indústrias. Comungo da mesma forma com aquilo que o senhor acaba de colocar - acho que esse projeto não pode ser discutido apenas em um instante ou em um momento, precisamos refletir sobre aquilo que estamos fazendo. As condições de política econômica, a nível nacional, realmente têm reflexos profundos na economia do Estado.

Quero falar um pouco, não apenas como Deputado, mas como empresário de um dos segmentos que mais sofreu nos últimos dois anos, em função da política

adotada a nível federal, é o segmento do setor do vestuário. O senhor sabe muito bem as dificuldades que estamos atravessando. Vou dar um exemplo: o meu segmento também, como o seu, temos um tratamento diferenciado ao funcionário, mas isso tem reflexos, sim, com certeza, na economia.

Tive uma redução na ordem de 25% nos meus negócios no ano passado em relação ao ano anterior em função exatamente do produto chinês que está acabando com a área industrial do Paraná e do Brasil, na área têxtil. Por isso, entendo que é chegado o momento de discutirmos este projeto com a maior grandeza possível, sem nenhuma paixão de ordem política, ideológica, sem nenhuma paixão em pensar em quem vai tirar proveito desse projeto. E a pergunta que lhe faço, como Presidente da Federação das Indústrias, Federação respeitada no Paraná, sei da relação de amizade que o senhor goza e tem com o Requião, será que não seria oportuno antes de encaminhar um projeto desta natureza para o Plenário da Assembléia nos colocando (Deputados Estaduais) numa saia justa das piores possíveis, porque lá fora a sociedade pensa diferente. Mas, os reflexos deste projeto na economia do Estado como um todo, no agronegócio, enfim é enorme. Sabemos que quem vai pagar a conta são aqueles mesmos que estão sonhando que vão ter um benefício neste momento, com aumento salarial, porque empresário repassa custo. Isso é uma coisa verdadeira.

Portanto, é muito melhor mantermos os empregos que temos que sonharmos com algo que não possa se tornar realidade, criarmos falsas ilusões. E na verdade criarmos um problema sério para o Estado. A pergunta que lhe faço: A Federação foi consultada antes de esse projeto vir à Assembléia? Porque a Federação representa o setor produtivo deste Estado e que sofrerá reflexos profundos se nós aprovarmos da forma como está.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Não fomos consultados. Não houve assim um estudo prévio. E o aumento foi ventilado. Agora o posicionamento que fiz é no sentido de que necessariamente tem que considerar estes aspectos externos. Agora, acho que...sou amigo do Governador, tenho por ele um apreço pessoal grande, admiro o trabalho que ele faz, o saneamento das nossas contas públicas, essas iniciativas visando a redução dos impostos para as micros e pequenas empresas, a questão da energia, uma série de iniciativas que favorecem o melhor funcionamento do Governo. Acho que a melhor contribuição que podemos dar ao Estado e também ao Governador é fazer um estudo isento e votar de acordo com os elementos que temos, que indicam o que é melhor para a economia do Estado. O papel da empresa é crescer e fazer crescer a economia de uma forma consistente, de uma forma sustentável. Mas, para isso ele precisa de políticas públicas apropriadas. E o que posso dizer é que o salário-mínimo regional isoladamente, desacompanhado de outras políticas públicas vai ser um empecilho para o crescimento da economia.

Então, tenho o dever profissional de dar essa percepção que temos de que isso é um assunto que tem um impacto sistêmico e por conseguinte ele tem que ser analisado sob seus diversos aspectos para entender em que medida ele é viável. E entender se é oportuno diante do momento econômico pelo qual estamos passando, se existe oportunidade, se existe viabilidade dessa iniciativa, que ela é meritória na sua intenção, mas ela pode não ser viável dada as circunstâncias que ela seria aplicada.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Dr. Rodrigo Rocha Loures, satisfação em tê-lo em nossa Casa. Eu, um preocupado com o posicionamento da FIEP pelo que tenho lido nos jornais, em relação à proposta do salário-mínimo, aqui, no Paraná ou do salário-mínimo regional no Paraná. Primeiro queria pôr a minha posição como Deputado e como sindicalista que fui parte da minha vida. Primeiro, comecei a fazer uma análise de que o salário-mínimo no nosso país ainda, apesar de o Governo Lula ter dado uma pequena melhora, está muito aquém do necessário para a sobrevivência de uma família.

Muito aquém e muito longe de que pensou quando foi instituído o salário-mínimo por Getúlio.

Eu entendo que o Governador Requião ao dar uma proposta de um salário-mínimo diferenciado, no Estado do Paraná, ele vem com uma certa ousadia, que de repente me parece abrindo um carreiro nesta dificuldade que temos de fazer avançar o salário-mínimo. A diferença do salário-mínimo de trezentos e cinquenta para o proposto no Paraná, chega, talvez, à casa dos 20%.

Acredito, Dr. Rodrigo, que o Paraná vai sair à frente dando uma demonstração que precisamos recuperar o poder de compra da classe trabalhadora, principalmente daquela assalariada por esse mísero salário-mínimo que o país ainda vive. Convenhamos, uma família viver com trezentos e cinquenta reais por mês é humanamente impossível!

Digo isso porque venho das lides da classe trabalhadora da mais baixa possível. Eu fui trabalhador de uma olaria, então sei do que estou falando: nasci e cresci num chão de fábrica e sei da dificuldade que é conviver com um salário-mínimo. Entendo que se a indústria fizer a sua parte, não apenas como disse o Deputado Traiano: o empresário vai repassar.

O empresário tem que parar com essa política fácil de apenas repassar o custo que vem, tem que achar saídas.

Ouvi dias atrás uma crítica dizendo que: a China, sim, que está no caminho certo.

Ora, a China não está no caminho certo. Nós não queremos para a classe trabalhadora do Brasil, a escravidão que é imposta para os trabalhadores da China.

Portanto Dr. Rodrigo, sei da sua função de Presidente da Federação da Indústria do Estado do Paraná, e

conheço a sua índole, porque conheço já um pouco da sua família e sei que o senhor quer o melhor à classe trabalhadora e para o crescimento conjunto.

Agora, em nome da verdadeira ação conjunta entre a classe trabalhadora e a empresarial, a disfunção do capital, trabalho do bom sentido da palavra, ela deve se dar entre acertos, entre ambos. Daí, gostaria de ter o apoio porque entendo, repito: o projeto do Governador Requião, é ousado e abre caminho para que possamos rediscutir.

Tenho certeza, o Governador Requião, com a maneira de Governo que ele faz, pode abrir caminhos para outras ações onde possa ter os empresários de pequeno porte que talvez serão os que mais sofrem, porque os de médio e grande portes, como V. Exa. já disse, já estão num patamar acima desse de quatrocentos e trinta e sete, que é o caso das suas empresas. Tenho certeza que as pequenas empresas poderão ter outros benefícios se conversado junto com o Governo numa ação aonde venha o benefício.

O Vice-Presidente, se não me engano da FIEP, hoje é Secretário da Indústria e Comércio do Governador Roberto Requião.

Portanto, acredito que está fácil fazer esse acerto e esta Casa pode dar aval a esse projeto do Governador, tenho certeza, vai ser um passo a mais que nós vamos dar na recuperação da tão sofrida e penalizada classe trabalhadora do nosso país.

Estou dizendo isso porque estou convencido que vou votar favorável. Agora, é claro, quero me somar às conversas que vamos fazer para tentar achar aí um meio termo. Mas, tenho certeza que esse projeto é bom, vai inclusive dar incentivo e mostrar que o Brasil do Sul, pode dar um pouquinho mais do que o Brasil do Norte e Nordeste que ainda estão numa situação prejudicial, portanto, essa diferença quem sabe tenha outras compensações.

Agradeço por ter me ouvido e quero me somar neste corrente para discutir com seriedade esse assunto, não apenas no discurso, mas estou convencido que o Governador Requião acertou em enviar essa mensagem para a Assembléia, que nós possamos daqui começar a dar exemplo para melhorar a quem tanto sofre: a classe trabalhadora do nosso país.

Obrigado, Dr. Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (PFL)

O SR. NELSON JUSTUS

Meu caro Rodrigo seja bem-vindo a esta Casa. Nós que o conhecemos há muitos e muitos anos, temos uma admiração profunda pelo seu trabalho. E muito já foi dito aqui. Estranha-se realmente que o Governo que tem no seu Secretário da Indústria e Comércio um dos Vice-Pre-

sidentes da FIEP não tenha discutido esse assunto com quem efetivamente deveria discutir. Esta Casa tem por hábito votar sempre a favor de qualquer aumento salarial. É uma questão de cultura da Casa, porque nós, com toda franqueza, achamos que todo mundo ganha pouco. Historicamente, esta Casa jamais votou contra aumento de salário de quem quer que seja. Isso é uma questão histórica.

Escutei com muita atenção a colocação de V.Sa. com muita propriedade a colocação do Deputado Traiano, que é empresário de um setor que sofre porque a economia hoje só está bem na televisão. Porque o setor pecuário está quebrado, o madeireiro idem, a construção civil nem se fala (da qual faço parte), a agricultura, a aviação. Nós estamos sentindo que “o mar não está para peixe”. A pergunta e a minha colocação é essa que pode ser acoplada à colocação do Deputado que me antecedeu. A FIEP pode contribuir nesse debate enorme, porque somos pródigos empresários, e somos pródigos em pagar impostos. A carga tributária, uma das maiores do mundo está aqui no Brasil. O que nós precisamos aqui para votar uma questão dessas? E aí pergunto se a FIEP pode nos ajudar com números. Números para nós seria muito importante, porque é difícil realmente votarmos contra aumento de salário do trabalhador. Porque é bem verdade o salário-mínimo, em que pese a grande maioria dos empresários não o praticarem, mas ele existe e a partir do momento que ele passa a servir como indexador, e isso é o perigo, se ele passar como indexador. Agora ganho dois salários, três salários, aí a coisa complica.

Cumprimento e reverência a iniciativa do Presidente da Casa de trazer todos os representantes de entidades para nos ajudarem. Porque pode ter certeza Rodrigo, esta Casa vota sempre a favor do aumento do salário de quem quer que seja. Seja dos professores, é uma questão de cultura. Mas, numa questão como essa é importante que nos sejam colocados números, para que realmente vejamos se nós não estamos julgando na informalização um número x de empregados, se nós não estamos criando problemas maiores do que o salário-mínimo, que é realmente mínimo. Como bem disse o Deputado que me antecedeu, ninguém pode viver com um salário-mínimo, é impossível. Mas, gostaríamos, como Deputados, e já que vamos votar essa iniciativa do Governador Requião, de conhecer números de quem pode nos dar números e tenho certeza que a FIEP pode nos fornecer números para nos ajudar nessa votação.

Obrigado!

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Atendendo ao Deputado Natálio Stica e ao Deputado Nelson Justus, a questão e o interesse da Federação é o mesmo de todos nós. Queremos crescimento da economia, queremos melhores salários, temos consciência de que o salário-mínimo é muito baixo, mas novamente vivemos uma economia de mercado. O melhor número, o melhor fato para responder essa questão, é um fenômeno

que todos nós conhecemos, que é o da informalização. Então, aqueles negócios que não conseguem se viabilizar na formalidade, eles migram para a informalidade. E esta habilidade - digamos assim - já está presente e enraizada na economia brasileira. E é um grande mal, porque todos sabem que as empresas que estão na formalidade, têm mais dificuldades de acesso aos mecanismos de fomento à atividade econômica. E a informalidade, no Brasil, já é muito grande. Há dois anos atrás, 60% da mão-de-obra empregada estava na informalidade, nas dez milhões de microempresas brasileiras, 97% estavam na informalidade. Então, os números são assustadores.

Uma medida, uma intervenção, volto a dizer - isto é uma forma de intervenção - é criar um salário-mínimo. A consequência disso é a seguinte: aquelas empresas que não tiveram capacidade econômica para absorver este custo, eles tendem a fechar ou ir para a informalidade. Outras, que vão ter que absorver este curso, isto vai se refletir na sua capacidade de investimento. Ela vai diminuir sua capacidade de investimento. Se no Brasil, através de decretos e leis, isto funcionasse, o Brasil seria o país melhor posicionado no Planeta. E não somos. Nós estamos nos iludindo, achando que através de políticas tomadas assim, dissociadas de um conjunto, é possível conseguir melhorias, e não é. Podem agravar a situação.

Para termos ganhos efetivos de massa salarial, o que precisamos, acima de tudo no nosso Estado e no nosso país, é de um programa efetivo de apoio ao empreendedorismo. Porque é o empreendedor que tem a virtude de gerar riquezas, através de inovações, através de uma capacitação de articulação de forças produtivas que estão latentes, mas não estão sendo aproveitadas, porque o ambiente institucional não permite. Então, para contemplar sistematicamente este propósito - que é louvável, de proporcionar ganhos - tem que ter políticas públicas. Por exemplo, capacitação profissional, infra-estrutura, mecanismos de apoio à pesquisa e desenvolvimento, mecanismos de apoio de acesso a financiamento, um sistema tributário mais propício ao investimento, enfim, é um elenco de medidas legislativas que criam um ambiente institucional propício ao empreendedorismo e além disso que as autoridades se articulam para monitorar.

O senhor, Deputado Nelson Justus, já foi Secretário da Indústria e Comércio, sabe quais são as demandas, o potencial que existe. Então, como organizar o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e todas as agências públicas para emprestar um apoio efetivo ao empreendedor porque em última análise, quem lidera o processo de dinamização da economia é o empreendedor. É através dele que vai haver geração de emprego. E através desta dinâmica de crescimento da economia que os trabalhadores vão poder adquirir mais know how, mais habilidade, mais conhecimento e por conseguinte, valorizar seu trabalho.

Este é o caminho. Não há atalho para o desenvolvimento. O desenvolvimento passa, necessariamente, por

uma ação coletiva. E organizar uma ação coletiva que apóie o empreendedor.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Queria principalmente cumprimentar ao Dr. Rodrigo e agradecer sua presença, que enriquece muito o debate. Eu não conheço outra forma de exercitarmos a democracia que não seja esta, dentro de todos os setores envolvidos, nas questões que debatemos nesta Casa. Queria cumprimentar também a Presidência da Casa pela oportunidade de vários setores virem aqui fazer o contraponto, porque isso ajuda muito e enriquece a discussão.

Mas veja, sempre ouvi dizer, não sou economista política, mas temos obrigação de prestar atenção nas coisas que acontecem no nosso país, que a melhoria do salário-mínimo seria uma forma extraordinariamente importante e fundamental para que houvesse o aquecimento da economia no mercado, porque isso é um movimento que é feito e volta às empresas, às indústrias, porque, ganhando mais eu posso consumir mais, mais tem que produzir mais.

Então, é uma lógica que na economia política aprendemos. Entendo que o aumento do salário-mínimo estaria sendo mexido pelo menos no nosso Estado. E quando o senhor coloca a questão de que essa medida não pode ser dissociada, outras políticas públicas, eu concordo com o senhor à medida que todos nós sabemos da violência das cargas tributárias, principalmente das pequenas e médias empresas que efetivamente garantem emprego neste país, no Estado. São as pequenas e médias, não são nem as grandes empresas. Mas aqui no Paraná entendo também que essa medida, essa vontade do Governador Roberto Requião, não vem solta. Acho que não houve essa questão de: “Vamos mandar para lá porque é uma proposta”.

Imagino que deva ter havido estudos para que isso fosse apresentado, estudos inclusive resultante de políticas públicas como a questão da isenção do ICMS para pequenas e médias empresas. Então, quando o colega Justus coloca a questão de números, era exatamente essa questão, precisaríamos saber o impacto, que a gente não tem esse impacto efetivamente, de quantas empresas temos no Paraná, médias e pequenas, o que representaria para essas empresas, quantos funcionários têm e quanto representaria na folha de pagamento, digamos assim, no impacto financeiro dessas empresas esta medida, que não vai atingir todos os trabalhadores do Paraná, nós sabemos que o projeto está meio recisivo. Então, acho que isso que nos ajudaria, efetivamente, nesse processo de discussão. Nós demos o pontapé inicial nesse processo de discussão aqui na Casa, outras entidades virão, e vamos somando opiniões, informações para podermos dar um voto. É lógico que é muito complicado realmente não votar o aumento do salário-mínimo, mas nada é impossível de ser justificado desde que estejamos convencidos de que

essa eventualmente não seria uma medida que, ao invés, vamos dizer assim de, resolver um problema estaria criando um outro.

Se o Governo manda para Casa essa proposta - eu estou entendendo que houve um estudo desse impacto, e talvez até resultante das medidas e políticas públicas implantadas pelo Governo Roberto Requião. Então, é nesse sentido que faço a minha observação, e mais uma vez dizendo que temos que buscar as convergências, e o senhor certamente já se posicionou também da necessidade de que os trabalhadores ganhem mais para que tenham efetivamente uma qualidade de vida melhor. Nesse sentido que faço a minha observação.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Deputada Elza Correia, vou fazer uma afirmação que pode lhe assustar. Não é o salário-mínimo que traz o crescimento da economia. O que gera o crescimento na economia é o empreendedorismo. O salário entra nesse processo, e na medida em que há ganhos de produtividade, há uma maturação das diversas atividades econômicas, há uma melhoria salarial na medida em que os trabalhadores vão se organizando, vão se articulando e vai se desenvolvendo uma capacidade de negociação entre o empregador e o emprego. Então, a política de salário-mínimo, de piso salarial é uma política, digamos assim, de proteção social, mas não é uma política que tem impacto na economia.

Essa política de proteção social pode, se feita com os devidos cuidados, funcionar como um coadjuvante no processo de melhoria da economia, mas ela não é o principal, o principal é a geração de riquezas. Hoje em dia, geração de riquezas é quase igual a conhecimento.

Qual é o conhecimento que determinado trabalho ou que determinada empresa tem que, por conseguinte, dá valor àquilo que faz? Tem gente que se interessa por comprar aquilo que faz. Então, na base está a questão do empreendedorismo e, digamos assim, de desenvolvimento de competências para fazer tais e quais coisas. Associado a isso, temos as políticas públicas que acabam afetando o andamento da economia.

No caso da China, por exemplo o governo chinês atua de uma forma tão agressiva no apoio a um empreendedorismo que as empresas chinesas, além dos seus atributos intrínsecos - porque elas investiram em tecnologia, em equipamentos apropriados, em mão-de-obra qualificada, além disso, ainda contam com apoio de políticas públicas que favorecem a competitividade dos produtos dela em relação aos outros países

Como evidência que eu digo que através das negociações se pode ter ganhos médios de salários acima da produtividade. Tem o caso da própria indústria alimentícia, que no Paraná, Sr. Presidente, responde por cerca de 50% dos empregos, quer dizer, o agronegócio. Esse setor entre 2001 e 2005, ou seja, ao longo de cinco anos, apresentou uma variação acumulada nos ganhos de produtividade, nos ganhos de salário real na ordem de 6,69% de

aumento em ganhos de produtividade de salários, a título de ganhos de produtividade. No entanto, houve uma perda de produtividade no setor de 25%!

Vejam bem, o Paraná quase que depende em um terço do seu agronegócio e da indústria correlata ao agronegócio e nesse setor nós tivemos uma perda de 21% de produtividade nos últimos cinco anos. No entanto, esse setor está pagando salários reais quase 7% acima do que era em 2001. Como é que se explica isso? Isso é fruto das negociações havidas, dos acordos que foram convenacionados entre o setor patronal e o setor trabalhista.

Outro número que posso lhe dar é com relação aos Sindicatos da Federação das Indústrias. Nós fizemos um estudo nos nosso sindicatos: dos 94 sindicatos, 75 estão com os seus pisos salariais abaixo daqueles que o Governo está propondo, R\$ 427,00. Isso quer dizer o seguinte: esses setores vão ter que contratar por um valor maior, isso vai afetar a economia desses setores. Qual o impacto que isso vai causar?

O que é provável que aconteça é que haja uma redução da lucratividade deles, que já é muito estreita. Sabidamente, a lucratividade está muito pequena ou, o que é ruim, o que não é bom porque vão faltar recursos para investimentos, é que parte desses setores vai partir para informalidade ou vão fechar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Ângelo Vanhoni, posteriormente o Deputado Barbosa Neto.

Estão encerradas as inscrições.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito prazer em estar com você, Rodrigo, aqui na Assembléia, hoje. Este é um debate que só traz benefícios para nós, Deputados.

Queria fazer algumas observações a respeito do tema tratado. Vi hoje o jornal da Rede Globo onde a economista Mirian Leitão, que apresenta tradicionalmente um apanhado a respeito de problemas da economia, afirmava de que nunca, nesses últimos meses, o cenário econômico do Brasil estava tão bom quanto apresentavam os números.

Ela destilou uma porção de números: inflação em baixa, em que pese que o IPCA do mês passado apresentou uma pequena alteração; os números da produção industrial brasileira batendo recordes; os números da exportação mesmo com o grave problema na agricultura e os baixos preços das commodities e o dólar com esse grave problema cambial, da baixa do dólar, dos insumos altos e ao mesmo tempo a venda dos produtos, um deságio muito grande, mesmo assim os recordes na balança comercial em exportação no mês passado, auferindo recordes para a economia brasileira.

O número de carteiras assinadas em dezembro em todo o Brasil, um número inédito dos últimos quinze anos, do desenvolvimento econômico brasileiro.

Quer dizer, dados do Caged, do Ministério do Trabalho, instituído há nove anos atrás, ainda no Governo do Fernando Henrique Cardoso. Essa sistemática para aferir o número de carteiras assinadas.

Os dados que tenho notícia, de certa maneira contrastam um pouco com a realidade talvez aqui do Paraná. Não tenho os números globais da economia paranaense. O único que tenho é produtividade, que não é o único índice para aferir o desenvolvimento e o desempenho de um setor da economia. A perda de 25% em cinco anos de produtividade necessariamente não quer dizer que o setor esteja em recessão.

Os números que a economia do Brasil tem apresentado diferem um pouco da sua impressão. E passou para nós. A não ser que seja restrito ao Paraná, de que o Paraná apresente uma recessão em desenvolvimento industrial, em desenvolvimento do serviço, da agropecuária. Os números do Porto de Paranaguá não dizem isso nesses últimos dois, três anos. Mesmo com dificuldades de embarque, com a polêmica a respeito do transgênico, o Porto de Paranaguá ainda é o maior exportador de grãos e de farelo da América Latina. E uma dos maiores do Brasil.

O Deputado Nelson Justus disse que temos uma massa de impostos muito grande no Brasil. É verdade. Mas, também é verdade que o Brasil é o maior concentrador de renda do mundo segundo a ONU. E estamos hoje com a 10ª economia do Planeta. Então, tem dados que nos deixam a pensar. Concorro com o senhor de que não dá para fazer um ajuste de salário, melhorar a vida das pessoas apenas por decreto, mas alguma coisa precisa ser feita para a distribuição de renda no país.

O Paraná, só da Bolsa-Família do Governo Federal, são 450 mil pessoas que recebem R\$ 95,00 por mês porque ganham menos de R\$ 110,00 *per capita* no tronco familiar. Não chega a um salário-mínimo se somados os dois. O Governo tem uma política de compensação para vincular as pessoas na escola, essas coisas, está gastando sete bilhões de reais do Orçamento deste ano para atingir oito milhões e meio de famílias. Os paranaenses - o Governo Federal está contribuindo, para diminuir a miséria.

Do que eu sei, o setor que mais emprega mão-de-obra no Paraná é a construção civil e gera emprego muito rápido. O piso salarial do profissional da construção civil mais desqualificado, hoje, está em 2,25 por hora. Se trabalhar oito horas por dia, em vinte dias, vai ganhar 360,00, mais uma compensação de 78, em nível de compra - ultrapassa o piso salarial proposto pelo Governo, para a Assembléia Legislativa.

Para enriquecer esse debate e para que pudéssemos votar com muita clareza, seria bom sabermos como está setor por setor - nessa postulação do Deputado Nelson Justus. O setor industrial, onde está ganhando mesmo abaixo de 430 - 37? O setor da indústria de alimentos, qual o setor que está ganhando? O setor do vestuário, a quando atinge? Será que tem margem de manobra na sua lucratividade, como o senhor disse, para repassar para os

trabalhadores e fazer com que a economia rode? Acho que o empreendedorismo faz a economia girar e crescer - o senhor tem razão. Mas, a massa salarial, o Governador Requião deixou de repassar para os consumidores do Estado do Paraná, 25% de uma alíquota - eu era líder no primeiro Governo - da Copel. Sabe quanto isso significou de retirada de dinheiro da Copel e do Estado? Perto de um bilhão e 400. Este um bilhão e 400 poderia ser retirado da massa salarial de circulação de dinheiro do Estado do Paraná, iria para o cofre da Copel e para o cofre do Governo do Estado, porque ele é acionista. O Governo deixou isso na economia do nosso Estado e isso foi bom.

Hoje, o salário-mínimo vai para 350. Os economistas têm um artigo na Folha de São Paulo - estão calculando, que mensalmente a partir deste mês, vai entrar em circulação dois bilhões e meio de reais na economia brasileira. Isso, seguindo o argumento do Deputado Rafael Greca, significa que em dez meses, quase 25 milhões de reais estarão em circulação. Ora, se está em circulação, quem ganha trezentos e passou a ganhar 350, não abre uma caderneta de poupança, pega esses cinquenta e consome: compra um pão, um enlatado, um frango, uma panela, faz uma dívida de um eletrodoméstico, pagando trinta reais por mês, em 24 vezes - faz a economia girar.

Então, o aumento de salário é que faz com que a economia gire e possa fazer com que o nosso Brasil, o nosso Estado, possam crescer. Essa é uma dúvida que tenho. V. Exa. está defendendo um outro ponto de vista, que eu gostaria de trabalhar melhor, para que pudéssemos entender mais a repercussão danosa que pudesse ter, caso a Assembléia aprove esses 437.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Deputado Vanhoni, as suas colocações são oportunas e permitem esclarecer alguns temas muito importantes.

Em primeiro lugar volto a dizer o seguinte: o que faz crescer uma economia é investimento, conhecimento, know-how e empreendedorismo, não é o consumo e nem o aumento de salário. O aumento de salário sempre tem que ser consequência de um aumento da produção. Quando se faz um investimento se proporciona um melhor funcionamento dos elos de produção - é por aí que acontece.

Quanto às colocações, às opiniões da coluna da Mirian Leitão, as pessoas fazem as leituras segundo a sua estrutura cognitiva, a sua área de interesse e as suas crenças. A Mirian é muito focada na questão do sistema financeiro. Ela entende que através da observação dos grandes números financeiros, pode-se deduzir o andamento da economia. Ela trabalha com as grandes séries estatísticas. Então, se comparar o ano de 2005 com o ano de 2004, houve alguma movimentação. Mas, se compararmos o Brasil com o Mundo, a nossa posição é lamentável - nós ganhamos só do Haiti e o Paraná até perdeu para o Haiti, porque o Paraná, na renda *per capita*, ficou

abaixo do Haiti. O Brasil, nos últimos dez anos, num estudo da CNI colocou em evidência que enquanto no Brasil tivemos um crescimento *per capita* de 0,7% ao ano em média, nos últimos dez anos, a China cresceu 7,7% ao ano, a Rússia cresceu 5,4 a Índia cresceu cinco e pouco e a média mundial cresceu cerca de 2,4. Então, a média cresceu quatro vezes mais depressa que o Brasil e aqueles países com quem competimos, que são China, Rússia e Índia, cresceram de sete a onze vezes mais depressa que o Brasil.

Então, devemos olhar para dentro do nosso país quais são as novas fábricas que surgiram, quais são os investimentos, por que não estão acontecendo investimentos em nosso país. E por quê?

Porque a nossa política econômica não é uma política que está voltada para encontrar soluções e viabilizar investimentos, mas é uma política voltada para fazer ajuste fiscal para pagar juros. Então, essa é a raiz de todo mal funcionamento da nossa economia.

Por conseguinte, essa visão de que o país vai muito bem, obrigado, tive até a oportunidade de, em Recife, em um encontro com o Presidente Lula, de falar para ele que aquele Brasil que nós, industriais, estávamos vivendo, que nós, empresários, estávamos vivendo era muito diferente daquele que a assessoria dele estava lhe dizendo. Por quê?

A Petrobras, por exemplo, que representa aí perto de 15% sei lá, do nosso produto bruto, está indo muito bem por conta de uma série de privilégios e também de um contexto internacional no contexto de energia que a favorece. *Idem ibidem* a companhia Vale do Rio Doce ou as multinacionais, porque cerca de 70% das nossas exportações são feitas por multinacionais e como elas têm as conexões com o mundo todo, se fica mais barato comprar lá fora, ela substitui o fornecedor interno pelo fornecedor externo e vai apresentando estatísticas na balança de pagamentos. Mas, olhamos para a nossa economia conforme estamos e cerca de mais de 20% da nossa população ativa está desempregada, sendo que metade dela até desistiu de procurar emprego. Temos cerca de 27% da população entre dezesseis e 24 anos desocupada, que não está nem na escola e nem está trabalhando. Os sinais são muito evidentes do mal funcionamento da nossa economia.

Então, não são alguns grandes números que estão sendo, em grande parte, proporcionados por um momento excepcional da economia internacional, que dizem que o Brasil vai bem, obrigado. Não, não vai bem, obrigado! É só andarmos pelo interior do Paraná, por exemplo, para ver a situação da nossa agricultura, da nossa indústria e o próprio comércio, que ainda estava apresentando alguma vitalidade, perdeu nos últimos meses e está acusando uma perda de 8% no seu volume de negócios.

Então, a nossa situação é delicada, não vamos nos iludir. Existem razões para ficar dizendo que a economia vai bem e tal, que é para preservar essa política econô-

mica, que é uma política econômica que está contemplando alguns setores da sociedade, mas não está contemplando o interesse de toda a sociedade. Então, essa é a mudança que tem que acontecer e a posição da Federação das Indústrias é essa: que o melhor caminho de obtermos ganhos na nossa massa salarial, é termos programas voltados para empreendedorismo e programas de apoio para ganhos de incrementos de know-how de conhecimento, de pesquisa e desenvolvimento, que isto é que vai gerar valor e vai proporcionar, por conseguinte, uma valorização de nossa mão-de-obra.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Rodrigo da Rocha Loures, é uma satisfação para esta Casa receber V. Sa. na tarde de hoje. E até bem dentro deste raciocínio que V. Sa. coloca não podemos esquecer também que a realidade, principalmente de onde eu venho que é Londrina, é bem diferente daqueles números que são apresentados, principalmente pelo Governo Federal e também pelo Governo do Estado.

Sofremos ainda mais no interior todas essas consequências. Agora terminou a Feira Agropecuária Industrial de Londrina e pude constatar durante seis dias que estive presente, dos dez que foram realizados, o sofrimento, principalmente da questão do agronegócio que V. Sa. bem colocou, mas sabemos que temos a maior carga tributária do mundo, ou pelo menos da América Latina, comparada à do Reino Unido, o dobro da Argentina, crescemos só mais do que o Haiti, e também, acho que o resultado prático é esta questão do Brasil hoje, nos últimos dez anos nunca ter emitido tanto cheque sem fundo como na atualidade.

Este é um dado efetivo que comprova a precariedade ou o baixo poder aquisitivo da nossa população. Estamos sofrendo a pressão da sociedade, Sr. Presidente, aí eu já entro na pergunta - todos os dias a nossa caixa de e-mail está lotada de setores pressionando para que votemos contrariamente ao aumento do salário-mínimo no Estado do Paraná, principalmente da sociedade organizada, através de entidades como V. Sa. representa.

A pergunta que faço é justamente esta - para que tenhamos embasamento, até em termos percentuais, V. Sa. teria números exatos: qual o impacto financeiro que representaria este aumento do salário-mínimo para 437 reais, quantas demissões haveriam, perdas de postos de trabalho, o senhor teria este estudo objetivo para que pudéssemos nos subsidiar de informações para podermos chegar até os nossos eleitores e realmente defender uma proposta?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Fizemos um piloto para entender um setor e levou quase duas semanas de estudo. Teríamos que estudar 95 setores e isto vai levar...

O SR. BARBOSA NETO (PT)

O senhor poderia explicar pelo menos este setor?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Pegamos o setor alimentício e nesse setor a grande maioria das empresas está abaixo desse piso, mais de 98%. Quer dizer, quem está acima é a Kraft, a Nutrimental, a Itamaraty, as empresas mais estruturadas, mas a grande maioria está abaixo disto e é um setor que emprega praticamente metade da mão-de-obra na parte industrial.

Então, é preocupante. Pegamos um setor que é o maior empregador, vamos realizar este estudo em todos os setores, mas o que eu gostaria de assinalar aos senhores é esta questão de princípios. Acho que a economia vai funcionar, tenho certeza, não é eu acho, isto é o que está evidente em todas as partes do mundo - a economia funciona melhor quando as partes cuidam deste tipo de negociação. Por quê? Porque o Estado, por mais informação que tenha, não vai ter a verdade na sua mão, porque a economia é algo muito dinâmico, está sempre mudando.

Então, na medida em que se deixar que o mercado regule esses pisos salariais, é muito mais razoável. Já existe um salário-mínimo nacional. Temos que preservar para as indústrias do Paraná uma competitividade em relação aos outros Estados. Então, seria temerário tomar uma providência que as impacte, sem que a indústria de Santa Catarina, do Mato Grosso ou de São Paulo tenham tido igual impacto, ela vai ficar em desvantagem em relação ao seu competidor externo. E também por uma questão de princípio de que temos um exemplo, no caso da indústria alimentícia, que é a que mais emprega, aonde ao longo dos últimos anos, em que pese tenha havido uma perda de 21% de produtividade, as categorias dos trabalhadores conseguiram aumento real da ordem de 6%. Então, do ponto de vista prático eles tiveram um aumento de participação, no bolo econômico desse setor da ordem de 6% mais 21%, ou seja, 27%, em média, 8,9% ao ano e estão conseguindo o benefício.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Desculpe, mas eu queria objetivamente, números de impactos. Se aumentarmos para 437, mesmo que seja apenas nesse setor alimentício que V. Sa. também domina bem, quantas demissões seriam feitas? Dá para estimar isso?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Podemos estimar o impacto econômico. Vai acontecer tantos milhões de reais em tais e tais setores. Agora, o que vai acontecer em cada setor não temos meios para prever, porque são situações que os empresários vão enfrentar na hora que isso acontecer, porque são empresas rústicas, empresas muito simples, eles vão reagir à circunstância, vão se virar para se ajustar às novas regras e possivelmente vão sair dessa através da informalização. Por quê? Porque essa é uma estratégia já conhecida, é

uma prática que já está presente em toda economia do Estado.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Dr. Rodrigo, eu também sou empresário, trabalho no setor madeireiro e quando se fala em madeireiro é bom que se fale no setor de pinus. Não trabalhamos com madeira nativa, apenas com pinus e todos os nossos funcionários são sindicalizados. Então, todas as nossas negociações são feitas diretamente do trabalhador e com o empresário. Hoje temos lá no setor madeireiro um salário-mínimo de 407 e o senhor sabe que o setor madeireiro está passando pela maior crise dos últimos vinte anos devido a valorização do real. Não é diferente também com o setor têxtil. Esta medida hoje apresentada pelo Governador do Estado pedindo para que se aprove um salário-mínimo de 437 é num momento inoportuno, porque todos sabemos que o salário foi regionalizado ainda no Governo anterior, no Governo FHC.

Então, temos essa lei que autoriza os estados a deliberar sobre a questão do salário-mínimo há cinco anos, se não estou equivocado há quatro, cinco anos, de repente, estando próximo de uma eleição chega um projeto do Governador se atentando para a questão do salário-mínimo.

Tenho uma posição muito clara que votarei favorável a este salário-mínimo, mas o que eu lamento é que não foi feito nenhum estudo para nos dizer por quê 437? Não estão se preocupando com as demissões, que já aconteceram mesmo antes de aprovarem este salário-mínimo! Hoje, só no Estado do Paraná, V. Exa. deve ter conhecimento, são milhares de trabalhadores que foram demitidos do setor madeireiro, do setor têxtil, porque a nossa economia no Estado caiu 8.5% nos últimos meses. Estamos, no Estado do Paraná, em recessão, porque o setor agrícola, o setor pecuário, o setor têxtil, nada mais funciona! Há um desespero total no setor da economia do Paraná, porque vivemos desses setores e, de repente, nos deparamos com este projeto que eu considero um projeto eleitoral num momento em que para aparecer para a população carente, usa-se esta população apresentando-se esse salário.

Quero cumprimentar V. Exa., a posição da sua entidade que vem trazer, talvez, uma sinalização porque nossos governantes têm que raciocinar não apenas olhando as eleições, mas olhando o interesse da nossa economia, olhando o interesse do trabalhador. É muito melhor o trabalhador ganhar 407 do que ser demitido com 437, porque hoje isso faz diferença.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Dentro do agronegócio, pelo que ouvimos no interior do Paraná e o clamor da Federação da Indústria do

Paraná, gostaríamos de fazer algumas colocações: os trabalhadores rurais serão aquinhoados, a grande maioria, desde vaqueiro, trabalhador braçal nas propriedades rurais, os campeiros, todos eles irão para o salário de R\$ 437,00, o salário-mínimo? As empregadas domésticas...

Uma coisa que vimos, algumas críticas e que não sabemos como elas serão resolvidas serão nas prefeituras municipais, que já endividadas e empobrecidas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar V. Exa., as prefeituras não estão incluídas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Na prestação de serviço por via indireta, Sr. Presidente, porque têm empresas que prestam serviços às prefeituras e elas estão incluídas. Isso não terá como escapar. E aí as prestadoras de serviços não irão receber dos municípios e terão que pagar para os seus trabalhadores. Isso vai criar um problema muito sério. São as nossas colocações. Assim como é a preocupação de V. Exa. e de grande parte do empresariado paranaense, que está hoje se mobilizando e tentando se expressar para que chegue ao conhecimento do Sr. Governador e dos Deputados que aqui representam o povo do Paraná, essas posições que muitas vezes não foram levadas em consideração, mas que lá na frente vão gerar uma crise muito grande ocasionando algumas demissões e aumentando o índice de desemprego. Se eu não fui o intérprete fiel - mas pelo menos perto disso - V. Exa. disse que: "o Brasil cresceu próximo ao Haiti e o Paraná cresceu menos do que o Haiti". Foi isso que o senhor disse?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Foi. No ano passado o Estado do Paraná, juntamente com os outros dois estados do Sul foram os que cresceram abaixo da média nacional. E estou falando um crescimento *per capita*. E é um efeito do quadro econômico geral.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Certo. Mas o Brasil cresceu mais e o Paraná um pouco menos que o Haiti.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Isso. O Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os estados exportadores e foram os que mais sofreram o impacto da super-valorização do real. Então, as exportações quando traduzidas em reais, houve uma perda real na economia paranaense, na gaúcha e na catarinense. Justamente por serem os estados mais modernos, mais organizados, são os que mais sofreram por conta dos efeitos da política de juros que acabou provocando uma valorização excessiva do real.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Rodrigo, é uma alegria tê-lo aqui conosco. Mas, preocupo-me muito com a economia paranaense. Preocupo-me porque V. Sa. já disse há pouco que o Brasil vai numa situação muito difícil e o Paraná se atropelando atrás. É a situação da aftosa, uma série de mal-entendidos, de mal-explicados, que geram todo um desgaste. É a gripe aviária que nos prejudica sobremaneira, porque é a grande área de desenvolvimento do Estado.

Mas, continuo observando que o Estado do Paraná, hoje, bem disse aqui o Deputado Vanhoni, da exportação de veículos, talvez um dos seus maiores sustentáculos, é o que mantém o Porto de Paranaguá hoje; fora isso nós estaríamos buscando só prejuízo. Ao mesmo tempo, ouvimos muita crítica, quando essas empresas se instalaram no Estado. Eu, particularmente, fiz muitas críticas, porque entendo que o projeto que V.S. defende com outros companheiros frente à Federação das Indústrias, do incentivo da indústria paranaense é muito mais viável, é muito mais importante e nós teríamos aí empresas paranaenses sobrevivendo, ao invés de irem se exterminando.

Quando surge essa questão do salário-mínimo, tardiamente, já foi dito pelo Deputado Rossoni, isso deveria ter vindo muito antes, se fosse para vir, o estudo disso, o debate disso deveria ter se aprofundado. Isso me lembra um pouco a visita que vai chegar aí, o Hugo Chávez. Hora de fazer alguma coisa populista, eleitoreira para agradar a população mais carente.

Mas, preocupo-me com a demissão, preocupo-me porque todos os sindicatos praticamente têm a sua vinculação em percentuais do salário-mínimo. É assim com material de construção, com a construção civil, com vários sindicatos que fazem o seu piso com base num percentual a mais do salário-mínimo. A partir do momento que nós tivermos um novo mínimo isso vai deflagrar uma alta geral, ou pelo menos uma grita geral.

Nós iremos aprovar, acho que todos da Assembleia vão acabar aprovando porque ninguém pode votar contra salário num país com uma discrepância tão grande como no nosso. Mas, o efeito disso em números, à economia paranaense, quais seriam? Porque eu vi que no Rio de Janeiro, foi votado, mas não foi implantado. No Rio Grande existe um piso mínimo, mas qual foi o efeito disso no Rio Grande, ele é adotado, ou ele não é adotado? Pelo que eu saiba, as informações que tenho é que ninguém adota. Quer dizer que nós vamos voltar mais uma lei para não ser adotada. Como foi a do transgênico, que agora nós temos que engolir, a ADI dizendo que nós votamos algo, que nós avisamos há época já que era algo tolo. Como é a encampação do pedágio que nós votamos e não nos levou a lugar nenhum também, porque está aí tudo do mesmo jeito e nós pagando cada vez mais caro, agora sem as obras também. Enfim, a própria UEG que nós recomendávamos no final da CPI da Copel que fosse adquirida, naquela oportunidade valia sessenta milhões

de dólares, à parte Del Passo, vamos pagar quase duzentos milhões, mais cem milhões de dólares para a Petrobras, Quer dizer, essas brigas eternas acabam se arrastando.

Então a minha pergunta direta ao Presidente da FIEP: se porventura esse mínimo regional for aprovado, a FIEP vai - como em outros estados entrar na Justiça para que não tenha validade?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Tem um dispositivo federal que assegura que aqueles setores que são objeto de acordo coletivo não podem ser alcançados ao nível regional. Então, por esse prisma nós vamos recorrer. Temos que recorrer. Eu tenho que ter uma posição institucional, que é aquilo que a Federação deliberou. Na Federação, tivemos a totalidade dos sindicatos e os sindicatos se manifestaram contra a proposta do salário-mínimo regional. Eu vocalizar, ser o porta-voz, mas, além disso, como eu disse, tenho um entendimento que para a economia, no melhor interesse dos trabalhadores, não é conveniente que o salário-mínimo venha dessa forma, ou venha desacompanhado de outras políticas públicas. Além disso, nós temos essa questão da competitividade das empresas paranaenses, com as de outros estados, e até mesmo com o exterior.

Por esse lado essa nossa posição, nós vamos interagir. Agora, acho, eu particularmente vejo um mérito em isso ter sido trazido à discussão, porque a Assembleia Legislativa representa o povo paranaense. Na medida em que se discute esse tema vai se poder discutir política econômica, vai poder se dar atenção a uma série de problemas que estão acontecendo no nosso Estado, como a própria questão do desemprego, da informalidade, da fragilização, por exemplo, dos nossos arranjos produtivos locais, indústrias estratégicas, como é o caso da madeira que estão numa crise muito grande, até diante de um apagão mesmo, de um colapso de suas atividades. Na medida em que os Srs. Deputados passa a refletir sobre esse tema, a Assembleia Legislativa certamente vai poder emprestar uma contribuição ao Governador do Estado para auxiliá-lo na identificação das questões que requerem uma atenção, uma urgência da parte do Governo por um imperativo da economia.

Hoje, estamos vivendo, no Estado do Paraná, uma situação endêmica de crise em amplos setores da economia, o que quer tratamento de emergência do Governador, da Assembleia Legislativa, das autoridades do Estado se articularem para ver qual é o plano que nós vamos adotar para auxiliar, para fazer com que a economia do Estado possa enfrentar esse mau momento pelo qual ela está passando.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Rodrigo Rocha Loures, na verdade nós estamos aqui discutindo uma Mensagem do Governo que está

nesta Casa já em regime de urgência. E pelo que posso deduzir dos nobres Pares, dificilmente essa mensagem não será aprovada por esta Casa porque é exatamente uma época eleitoral e também uma época em que dificilmente os Deputados vão se contrapor à possibilidade de os funcionários ganharem mais.

Embora reconhecendo a complexidade do assunto, queria levar a discussão para uma outra ótica, por que nós do Paraná não temos projetos para agregar renda, empregos, renda maior do que o salário proposto pelo Governador, agora. Por exemplo, no setor do algodão, vai embora a nossa matéria-prima. No setor da seda existe um monopólio que fica na mão da Kanebo e da Bratac, porque agora a Cocamar saiu do setor da seda e manda para o Japão, para a China, Índia, o nosso casulo, deixando de agregar valor na fiação, na tecelagem, na tinturaria, na estamparia, na goma-gem, na venda e no consumo. A nossa soja vai embora. Por que não vai embora o óleo. Por que não temos um projeto de Estado fortalecendo as vocações regionais. Está aí o Norte Pioneiro numa situação democrática. O que é bom para o litoral, não é bom para o Noroeste. Não há um projeto de agregar valor na produção. Nós somos o maior Estado agrícola do país e caímos sempre na mesmice, da mesmice, da mesmice. E a indagação que faço a V.S. para encerrar. Qual o salário médio que ganham aqueles que trabalham dentro da FIEP que V. Exa. preside?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Eu não tenho esse número de memória, mas é coisa na faixa de hum mil e quinhentos a dois mil reais.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então alguma coisa está errada, nós temos que estender isso para mais gente.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Na FIEP nós não remos o salário-mínimo, por exemplo, o piso salarial da FIEP é bem superior.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E cargo de confiança, comissionados?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Não, porque a FIEP tem muitos técnicos, muita gente de nível superior, mais de 70%.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Quantos funcionários são ao todo na FIEP?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

São cerca de 1.500. Nós temos muitos professores, a maior parte dos funcionários do sistema do Sesi e do Senai, e 80%, 90% são professores.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então, era essa a minha indagação, e eu queria dis-correr mesmo sobre um projeto de desenvolvimento para

o Estado do Paraná, que nós estamos a merecer isso há muitos anos, e evidentemente esperamos que um dia se coloque na prancheta essa questão de lutar para aumentar a taxa para exportação da nossa matéria-prima, e incentivar a industrialização agregando a renda, assim nós vamos desenvolver o Paraná do futuro, porque vamos votar a favor desse salário e vamos talvez prejudicar, perder empregos em alguns setores e tudo mais, mas sinceramente não é a solução. A solução me parece que é discutir um projeto de agregar valor na nossa produção.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

A FIEP está fazendo um trabalho em parceria com a Secretaria da Indústria e Comércio que se chama “Exportadores do Futuro” onde identifica uma política industrial para o Estado e tem as ações articuladas na área de arranjos produtivos locais, tem uma rede de parques tecnológicos que estão sendo estudados. Tem uma série de ações voltadas assim para construir uma estratégia de desenvolvimento industrial para o Estado. Isso está acontecendo, e certamente aí vai se traduzir em resultados e vai proporcionar ao Estado uma estratégia de crescimento consistente. Mas, é sempre bom lembrar que, acima de tudo, estamos inseridos no Brasil, então por melhor que seja uma política regional, sempre vai depender de um ambiente nacional propício ao investimento, ao crescimento econômico, que é o que não está acontecendo atualmente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas fiz uma intervenção mas não concluí a minha pergunta, qual é o posicionamento da sua entidade quanto à questão desse salário-mínimo apresentado pelo Sr. Governador? Favorável, contrário? Para que nós tenhamos um balanço de todos os setores da nossa economia que estarão trazendo a sua posição para deliberarmos.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

O nosso posicionamento é contrário, e nós até formalizamos o nosso posicionamento através de ofício ao Sr. Presidente da Assembléia.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Eu queria saudar o Sr. Rodrigo Rocha Loures, acho importante a participação, vendo que esse projeto ao ser formatado, o ideal seria que nós tivéssemos tido uma discussão prévia, porque da forma como foi colocado parece que está sendo trabalhado politicamente, fica com a impressão que a Assembléia obstrui a votação, ou mesmo a concessão desse benefício para os trabalhadores. Se nós tivéssemos tido um debate anterior nós nos eximiríamos de certo desgaste desnecessário porque o bom debate faz muito bem e as coisa vêm melhor formatadas. Mas, não aconteceu assim, e a presença de V. Exa. aqui engrandece o debate, não obstante não concordar, e já falei pessoalmente num encontro muito rápido entre nós, de que gene-

realizando nós teríamos para tratar desse tema, e de outros temas, só o problema nacional, só a alta taxa de juros, que já foi muito mais alta do que é, só a questão do dólar, nós teríamos um grande impasse, portanto, teríamos o dólar a três reais, o combustível mais caro, teríamos um impacto diferenciado em função da política cambial e em função da própria política macroeconômica que V. Exa. faz críticas.

Entendo, também, que temos problemas locais que estamos nos eximindo de enfrentar. O Deputado Neivo Beraldin fez uma colocação importante do ponto de vista genérico, da necessidade do debate sobre a política industrial do Estado. Foi essa a nossa rápida conversa.

Acho que este projeto, se for verdade que traz um debate sobre política econômica, traz a necessidade de um debate sobre política industrial no Estado, e uma análise do ambiente. Se for verdade que o ambiente econômico nacional tem uma influência pesada, é verdade que o ambiente estadual de atração de investimentos (se é um ambiente favorável; se não é um ambiente favorável), também tem um impacto sobre a economia.

Pessoalmente, defendi, agora, com o Líder da nossa Bancada, que o PT, rapidamente, feche questão com relação a esse projeto, e vote favoravelmente, exatamente porque precisamos, de uma vez por todas, vir ao debate com clareza e assumir as responsabilidades, porque os Deputados precisam ter essa responsabilidade e de que lado estamos, efetivamente.

A pergunta que faço a V. Exa. e a seguinte: além de colocar da necessidade, como já falei anteriormente, quando os índices do Paraná são inferiores ao do Brasil, deve ter fatores locais que têm influência. Não é possível que a cada problema que nós tenhamos se refira só a algum problema nacional.

A indústria automobilística comemora recorde após recorde; o aço, como o Deputado Ângelo Vanhoni já falava, comemora crescimento. Então, tem setores que crescem; tem setores que não crescem; setores que dependem da questão cambial; setores que crescem no mercado interno; setores que crescem no mercado externo. Então, essa análise não pode ser simplista.

É vontade do Governador que se estabeleça o mínimo regional; esta Casa vai votar; a matéria está aí; o Governo tem demonstrado que tem vontade de votar; certamente, essa matéria será apreciada. Comemorando a sua vinda aqui, ao mesmo tempo, proponho uma questão: na posição da entidade que V. Exa. representa, qual seria o salário-mínimo regional ideal, colocando efeitos práticos para nossa discussão?

Dentro dessa política industrial que V. Exa. coloca, está se discutindo também a questão da atração de investimentos, de novos empreendimentos, novas indústrias para o Paraná. Como a entidade vê esse aspecto?

Qual seria o salário-mínimo ideal possível, neste momento, para que pudéssemos votar dentro de um interesse coletivo acordado, de um entendimento com as

entidades? Ao mesmo tempo, qual seria, do ponto de vista da influência dessa política industrial, a questão da atração de novos investimentos e qual o ambiente econômico que o Paraná vive?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

É difícil dizer qual é o salário-mínimo ideal porque, como eu disse, isso é sistêmico, se mexe aqui, se comunica por todo o processo. É um fenômeno em cadeia.

Uma coisa é certa: se adotarmos esse salário-mínimo vai ser necessário o Governo ter, simultaneamente, o elenco de outras políticas públicas que proporcionem, que viabilizem para que as empresas possam adotar esse salário-mínimo, porque de alguma forma elas vão ter ganhos de produtividade, seja porque o Estado colocou um curso de capacitação profissional; porque criou uma linha de financiamento para permitir aqueles investimentos necessários para haver ganhos de produtividade; porque a universidade foi estimulada a fazer parcerias com arranjos produtivos, no caso para acontecer inovações tecnológicas que proporcionem ganhos de produtividade; enfim, é necessário ter outras políticas públicas para acompanhar esta política pública para então acontecer o que acontece, por exemplo, no Japão onde houve uma parceria entre o produtivo e o setor do governo e os representantes do setor trabalhista para proporcionar um crescimento contínuo da economia e, por conseguinte que acontecessem melhorias salariais.

Então, é isso que lhe posso responder. Não tem uma resposta para qual o salário-mínimo ideal. Tenho uma resposta, sim, porque já têm estudos feitos, é daquilo que teria um impacto estratégico para melhorar o funcionamento da economia paranaense. E aí passa por uma articulação entre a universidade e as indústrias, programa de empreendedorismo, na área de educação em produzir disciplinas relativas a empreendedorismo e tecnologia no ensino básico. Ou medidas que proporcionem uma aceleração do desenvolvimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)

Srs. Deputados, queremos agradecer à presença do Sr. Rodrigo Rocha Loures que muito contribuiu para este debate. Como o senhor saber, o Governador do Estado e também com o apoio de diversos Deputados aqui nesta Casa, tramita um projeto de lei instituindo um salário-mínimo regional. O Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão tomou uma decisão acertada em ouvir os setores envolvidos da sociedade paranaense, trabalhadores e entidades de classe representativa também de empresariado do nosso Estado. E nós temos muito a agradecer da contribuição que V. Exa trouxe a este debate.

Esta Presidência interina suspende a Sessão por três minutos para que os Deputados possam fazer os

agradecimentos e os cumprimentos ao Sr. Rodrigo Rocha Loures.

Muito obrigado.

Está reaberta a presente Sessão.

Por um acordo com as lideranças estamos encaminhando a Sessão, para a Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 031/06, subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda., mediante a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 032/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Questão de Ordem**)

Quando encaminhava a sua oração ao Presidente da FIEP, o Deputado Neivo Beraldin cometeu um pequeno deslize e eu gostaria que isso fosse retirado das notas taquigráficas. Ele disse que nós, produtores brasileiros, vendemos os casulos para serem trabalhados no Japão, na China e que os nossos grãos também vão ser esmagados nos Estados Unidos e na Europa - isso, quando ele certamente falava com relação à soja.

Foi uma colocação infeliz do Deputado e eu gostaria que fosse retirada essa parte do pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin, porque não é verdade.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Esta Presidência entende que a Questão de Ordem não é devida. Gostaria que V. Exa. relevasse.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Um segundo. Como diz o antigo: “a lei não protege quem dorme”. Para um bom entendedor, meia palavra basta.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Questão de Ordem subscrita pelo Deputado Nereu Moura, constante do expediente de Sessão anterior, apresentando Parecer do Sr. Procurador-Geral da ALEP, Dr. Ayrton Costa Loyola, a respeito da juntada das Proposições de Emenda Constitucional nº 40/05, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri e a Mensagem do Governador do Estado nº 027/06. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, sugerindo a implantação de Programa de Informática para adolescentes na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/06, que

aprova abertura de crédito suplementar em obras no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 059/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar para Obras ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância pro-

veniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA			ANEXO I				FL. 01 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						
4546	Universidade Estadual do Paraná - Unespar						
2226	Administração e manutenção do ensino superior em União da Vitória	4490.51	250	95	L	115.000	0148
Total						115.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA			ANEXO II				FL. 01 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR						
2226	Administração e manutenção do ensino superior em União da Vitória	3390.30	281	95	L	115.000	0148
Total						115.000	

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA			ANEXO III		FL. 02 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR				
1600.16.00	Serviços Educacionais	250	95	115.000	0148
Total				115.000	

REDUÇÃO DA RECEITA DESCENTRALIZADA			ANEXO IV		FL. 02 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR				
1761.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	281	95	115.000	0148
Total				115.000	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS			ANEXO V ANEXO A LEI Nº			FL. 03 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Alo	Valor	Pro- cesso
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR					
2226	Administração e manutenção do ensino superior em União da Vitória	281	95		115.000	0148
854	União da Vitória					
0001	Construir salas de aula	250	95	L	115.000	0148
Total					115.000	

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 113/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 113/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 126/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade Sol, de Pontal (Amisolpon), com sede no Balneário Grajaú, município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 126/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade do Pontal - Amisolpon, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 127/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 127/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede no município de Londrina e foro em São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Amutur - Associação dos Municípios

Turísticos do Paraná, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 132/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - Amutur, sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/06, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a política estadual para promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP e CDHCDC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criando o Programa de Combate à Violência contra a Mulher. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/06, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Of. nº 245/06, transformando cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Dom Getúlio, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/06, de autoria da Deputada Cida Borgehtti, declarando de Utilidade Pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Apodem - Associação de Proteção e Desenvolvimento de Moradores, com sede e foro no município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/04, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que disciplina, controla e fiscaliza o comércio de tintas em recipientes de spray no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e SP. Em Anexo Projeto de Lei nº 144/05 **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/04, de 14/12/04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 494/04

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, disciplina, controla e fiscaliza o comércio de tintas em recipiente de spray no Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.04.05.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETOS DE LEI NºS 494/04 e 144/05

P A R E C E R :**Dos Dados e da Fundamentação**

Os presente projetos, de autoria dos Deputados Cleiton Kielse e Luiz Nishimori têm como escopo, disci-

plinar, controlar e fiscalizar o comércio de tintas em recipiente de spray no Estado do Paraná.

Do Parecer

Os projetos apresentados para análise, quanto à competência específica desta Comissão Permanente, visam controlar o comércio de tintas *spray*, resguardando o patrimônio público e de terceiros da ação de pichadores, e ainda, de forma a impedir o acesso de tais materiais tóxicos a menores de 18 anos e preservar o meio ambiente proibindo a comercialização de produtos que contenham gás clorofluorcarbono (CFC).

Tais medidas se fazem através de fiscalização e da exigência de utilização pelos estabelecimentos comerciais de registros específicos documentais, que identifiquem o comprador e a finalidade a que se destina o produto adquirido sob pena de receberem penalidades pecuniárias e administrativas.

Tendo em vista a competência do Estado para regular a matéria relativa à forma e controle das atividades comerciais, e ainda, os objetivos a que se destinam, não encontramos óbices ao referidos projetos de lei.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação das propostas.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETOS DE LEI NºS 494/04 e 144/05

P A R E C E R :**Relatório**

Os presente projetos, de autoria dos Deputados Cleiton Kielse e Luiz Nishimori visam disciplinar, controlar e fiscalizar o comércio de tintas em recipiente de *spray* no Estado do Paraná.

Fundamentação

Conforme justificativa já acordada por este parlamentar como membro da Comissão de Constituição e Justiça, os projetos de Lei sob análise têm como objetivo, além de controlar e fiscalizar o comércio do produto em questão, punir aqueles que estão degradando o patrimônio público.

Conclusão

Sendo assim, por parte desta Comissão, ressaltando não haver óbices, somos de parecer favorável aos referidos projetos de lei.

Sala das Comissões, em 27.03.06.
(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/05, alterando dispositivos da Lei nº 12.020, de 09.01.98. (Fundo Paraná, IAPAR, Tecpar, SETI, Fundação Araucária). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA

DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/05, de 14/03/05- Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 092/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 092/05, de autoria do Poder Executivo, altera dispositivos da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998 (prevê a utilização de uso de 1% do Fundo Paraná para financiar pesquisas nas instituições de Pesquisa ao Estado do Paraná, Iapar, Tecpar, Seti e Fundação Araucária, bem como a criação de quatro cargos no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti).

O projeto veio desacompanhado da estimativa de impacto orçamentário exigida pela Lei Responsabilidade Fiscal, em face da criação dos novos cargos, motivo pelo qual, o relator solicitou diligências junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti.

Em resposta efetuada através da Informação nº 19/06, a SETI prestou as informações necessárias, aduzindo que o percentual da Despesa com Pessoal do Poder Executivo sobre a Receita Corrente Líquida atingiu o índice de 45,82%, sendo que a criação dos referidos cargos não alterará o índice de endividamento do Estado.

Fundamentação

O projeto não encontra óbices de natureza legal ou constitucional, estando de acordo com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 092/05

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 092/05, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a aplicação do Fundo Paraná para financiar pesquisas nas instituições de Pesquisa ao Estado do Paraná, Iapar, Universidades Estaduais e Tecpar.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

A criação de quatro cargos no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti possui declaração do ordenador da despesa, conforme Informação nº 19/06, de que estes novos custos se encontram dentro do limite prudencial de 45,82% de Despesa com Pessoal do Poder Executivo sobre a Receita Cor-

rente Líquida, tendo sido feito o alerta ao Tribunal de Contas, conforme Resolução 9003/05.

Por fim, entendemos ser de salutar importância limitar, o uso dos recursos aprovados pelo CCT Paraná destinados aos gastos com administração e vencimentos em 5% (cinco por cento) sobre os 30% (trinta por cento) previstos no inciso I, do artigo 5º, motivo pelo qual apresentamos a emenda aditiva em anexo.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação, na forma da Emenda Aditiva e Modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 092/05

Art. 1º O artigo 9º do Projeto de Lei nº 92/05 passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 9º Os recursos aprovados pelo CCT Paraná destinados a suportar os custos com a administração, inclusive vencimentos de Diretores, e respectivos Consultores, bem como salários de empregados, não poderão ultrapassar a 5% (cinco por cento) dos 30% (trinta por cento) previstos no inciso I, do artigo 5º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998.”

Art. 2º O artigo 10 do Projeto de Lei nº 92/05 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Poder Executivo fica autorizado a proceder as alterações orçamentárias necessárias à implementação dos dispositivos desta lei.”

Art. 3º Acresce o artigo 11 ao Projeto de Lei nº 92/05 com a seguinte redação:

“Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento: Tadeu Veneri.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 075/05, de 02/08/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de cidadão benemérito ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo.

Legitimidade

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/01:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido a pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei 14.677 de 2005:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º, da Lei 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

De acordo com tal lei, o partido da nobre Deputada apresentou apenas seis, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, dos oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, o parecer do relator é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

A votação será secreta, com parecer favorável da Comissão de Justiça.

Convido o Sr. 1º Secretário a fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ratinho Júnior**)

Procede à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Trinta e seis, Srs. Deputados votaram.

Solicito aos Deputados Edson Strapasson, Ailton Araújo e Luiz Fernandes Litro para procederem ao escrutínio dos votos.

Trinta e seis Srs. Deputados votaram o projeto.

Aprovado por unanimidade.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria de agradecer o apoio pela concessão do título de Cidadão Benemérito ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo, que é Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, que é o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, uma associação importante e que serve hoje de exemplo não só para o Paraná, mas para as demais associações comerciais do país.

Quero agradecer a todos os Srs. Deputados e Deputadas.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Quero cumprimentar a Deputada Cida Borghetti pela conquista, pela nomeação do título de Cidadão Honorário ao seu indicado.

Quero fazer uma Questão de Ordem à Presidência, a respeito dos títulos de Cidadãos Honorários. A Casa tem que tomar uma decisão de que todos os títulos de Cidadão Honorário do Estado do Paraná sejam entregue aqui, dentro deste Poder, para valorização da pessoa que recebe o título, para valorização desta Casa e para economia, porque deslocar o cerimonial, toda a estrutura para outra cidade tem um custo e este custo onera sempre o contribuinte.

Então, gostaria que V. Exa. consultasse o Presidente da Casa para que todos os títulos fossem entregues dentro deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Deputado Neivo, sua Questão de Ordem será devidamente encaminhada ao Presidente da Assembléia Legislativa e à Mesa Executiva.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/06, fixando o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.767 militares estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EM REGIME DE URGÊNCIA. (**Publ. no DA nº 003/06, de 16.02.06, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 004/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.767 militares estaduais.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição estadual, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

VI - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Pode-se facilmente constatar que se trata de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Fundamentação

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04.05.00:

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

Seção I

Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Não o bastante, quanto à fundamentação o projeto vai de encontro à disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal ao apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro que tal criação vai gerar aos cofres públicos.

Constitucionalidade

O projeto de lei sob análise, embora não atenda aos requisitos da boa técnica legislativa, não encontra óbice legal quanto à legitimidade para legislar sobre a matéria que dispõe e respeita dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação e regular tramitação, em virtude da adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas legais.

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 04/06

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 04/06, trata-se da Mensagem nº 006/06 do Sr. Governador Roberto Requião, que tem por escopo autorizar o Poder Executivo a criar o Núcleo de

Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria - no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto o artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que em função do grande número de crianças e adolescentes vítimas de infrações penais, como maus-tratos, lesão corporal - violência doméstica, estupro e atentado violento ao pudor, desprovidos de atendimento especializado, célere e efetivo, o presente projeto busca, com maestria atender às necessidades supra mencionadas, a fim de resguardar o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Apura-se ainda que a busca por um nível de segurança condigno com as necessidades dos paranaenses é preocupação constante do Governo do Estado do Paraná e para tanto o aumento de 446 novas vagas do efetivo da Polícia Militar atenderá às necessidades iminentes da sociedade que tanto clama por melhorias na área de segurança pública.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 04/06.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 820, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 004/06.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16.02.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 09/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 09/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção do Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná.

O projeto de lei em questão tem como objetivo incentivar a produção de Biodiesel no Estado do Paraná, através da desoneração progressiva de impostos.

A Constituição Federal, no artigo 23, inciso IV, dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Tratando, ainda, de competência legislativa, o artigo 24, parágrafo segundo, não exclui a competência suplementar do Estado.

O biodiesel é forma não poluente e esta encontra-se em consonância com a política nacional de aproveitamento das fontes de energia.

A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para sua concessão.

Cabe salientar que é difícil explicar à sociedade paranaense a pesada carga tributária imposta ao cidadão.

O projeto de lei em questão oferece ao Poder Executivo a fixação dos limites da isenção, portanto, não incorre em inconstitucionalidade. O impacto da matéria será avaliado pelo Poder Executivo ao regulamentar o projeto de lei.

O Estado de São Paulo defende sempre o respectivo contribuinte, criando diversos lances na guerra fiscal. O Estado do Paraná não pode ver seu desenvolvimento perecer sob a alegação da exigência do Confaz, cuja atuação só tem servido para proteger os interesses de Estados poderosos.

Isto posto, emitimos parecer favorável ao Projeto de Lei 09/06.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 09/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre o programa de Incentivo à produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é incentivar a produção de Biodiesel em nosso Estado, através da desoneração de impostos. Hoje o mundo inteiro está consciente que devemos preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade do ar que respiramos e criarmos novos modelos energéticos, de preferência que sejam modelos renováveis. O biodiesel é um desses modelos, pois podemos extrair óleo vegetal de várias leguminosas que são plantas renováveis. O biodiesel é a melhor forma de combustível não poluente.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 09/06, de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 810, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 811 e 812, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 813, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 814, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 815, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 817, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 819, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 821, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 822, 823 e 828, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 824, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 826, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 829, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 833, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 494/04, 021, 092, 439/05 e 009/06 e da Proposição nº 040/05.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/05 e do Projeto de Resolução nº 004/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Obras Públicas, Transportes e Comunicações

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e seis, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião extraordinária da Comissão, comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas, Presidente; Antonio Anibelli, Duílio Genari e Marcos Isfer que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (4ª reunião extraordinária), solicitação aceita por todos. Na sequência o Sr. Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 12/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e seis, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião extraordinária da Comissão, comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas, Presidente; Durval Amaral, Cida Borghetti, Antonio Anibelli, Duílio Genari, Marcos Isfer, Rafael Greca e Neivo Beraldin que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (5ª extraordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Sr. Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 070/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado

Durval Amaral Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/06. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 695/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 19/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/06. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo anexo. 6) Projeto de Lei nº 752/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/05. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 468/04, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 684/05, de autoria do Deputado Natálio Stica. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e seis, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião extraordinária da Comissão, comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas, Presidente; Barbosa Neto, Neivo Beraldin e Durval Amaral que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (6ª reunião extraordinária), solicitação aceita por todos; e o Sr. Presidente deu andamento à pauta: 1) Projeto de Lei nº 022/06, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária